



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 577 - DE 26 DE NOVEMBRO A 10 DE DEZEMBRO DE 2018 - R\$ 4,00

Fora a “Escola sem Partido”!

Lutemos pela liberdade de ensino e pela escola científica

Não à reforma da previdência!

Por um sistema único e estatal da Previdência, sob o controle da classe operária

Em defesa do MST e MTST contra a ameaça policial de Bolsonaro

**Pela liberdade irrestrita de organização,
manifestação e ocupação**

**Para derrotar a ditadura policial e
fascistizante de Bolsonaro, organizar a
frente única de combate, com os métodos
próprios do proletariado**

Que os operários, camponeses e demais explorados da América Latina levantem o punho cerrado contra a reunião do G-20, na Argentina. Que se coloquem pela organização da frente única anti-imperialista e pela estratégia da revolução proletária.

Romper a passividade para derrotar nas ruas o governo de Bolsonaro

As centrais sindicais, MST, MTST e UNE aguardam para ver como será e como agirá o governo de Bolsonaro. O PT, PCdoB, PCB e PSOL, principalmente, assistem impávidos à ofensiva política da ultradireita. No campo da oposição burguesa à esquerda (PDT, PSB, etc.), discute-se como constituir um bloco no Congresso Nacional. Já se conformaram com a derrota eleitoral. Já não falam sobre o perigo do fascismo.

A prometida manifestação do “Dia Nacional de Luta”, 22 de novembro, não passou de panfletagens e de pequenos atos. Os sindicatos não convocaram as assembleias. Não se constituiu um comando de frente única para derrubar a reforma da Previdência, e o projeto “Escola sem Partido”. Não se trabalhou pela formação dos comitês de base para enfrentar a nova ofensiva bolsonarista. De forma que a ultradireita aproveita a vitória eleitoral, toma iniciativa política e acua a oposição parlamentar.

No momento, os bolsonaristas agem em três frentes: 1) formar o governo, com os respectivos ministérios; 2) tratar a transição com o governo que se finda; 3) acionar o Congresso Nacional para aprovar projetos ainda no governo Temer. A estrutura ministerial está definida. Contará com um centro militar-policial, com um núcleo econômico francamente pró-imperialista e uma tropa ideológica ultradireitista. Essa composição indica o funcionamento do governo sobre a base do método policial contra a revolta dos explorados. A aglutinação da política econômica ocorre sob a diretriz do capital financeiro. E dá-se o combate ideológico anti-esquerda, anti-reformista e anti-comunista.

Alguns alvos já estão bem determinados. Continuar com o desmonte do petismo, que deve ser expurgado da máquina do Estado. Sufocar o MST, enquadrando-o como organização terrorista. Controlar a educação e cultura, conduzido pela influência política das igrejas, em particular, dos evangélicos. Alinhar o País às diretrizes do imperialismo norte-americano. De conjunto, corresponde ao programa burguês radical, antinacional e antipopular.

Bolsonaro, gerais, frentes parlamentares e igrejas evangélicas definiram seu governo de acordo com a tendência ultradireitista que se desenvolve mundialmente. Aproximam-se de governos do tipo fascizante, como da Itália, Polônia, Hungria, sob a guarda do trumpismo norte-americano. Na América Latina, vão ao encontro da direita chilena e colombiana. Elegeram a Venezuela como alvo principal a ser atacado. Pretendem usar o Brasil como um poderoso peso, que fará a balança latino-americana pender para o ultra-liberalismo e a maior subserviência das semicolônias à potência do norte.

Esses são os traços de um governo tipicamente ditatorial, bonapartista, que surge das eleições e se conforma por cima das classes. É bem provável que, sob esse tipo de governo, se desenvolverão as tendências fascizantes, impulsionadas

internacionalmente pelo capital financeiro. O processo de desintegração da economia mundial, aberto com a derrocada econômica em 2008, continua sua marcha. Os altos e baixos do ciclo econômico não superaram a crise de superprodução e o agigantamento do capital parasitário. O caminho de destruição de forças produtivas permanece e continua aberto.

As democracias burguesas mais sólidas se decompõem. Não conseguem responder ao poderoso choque entre as forças produtivas e as relações de produção, entre a burguesia caduca e o proletariado objetivamente revolucionário. São visíveis as crises políticas nos Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra. A guerra comercial decretada por Trump à China, obrigatoriamente, alcança a Europa. Seus reflexos no Brasil e América Latina são sentidos, com a falência dos governos nacional-reformistas, e a ascensão dos direitistas e ultra-direitistas.

O reformismo petista cedeu o poder a uma ditadura civil transitória e concluiu derrotado nas eleições. Volta ao posto de origem, que foi o de oposição burguesa. Originalmente, se apoiou no proletariado e nas massas oprimidas, como uma força política em ascensão. Governou para a burguesia, enganando os explorados com um limitado reformismo e assistencialismo. Auxiliou os capitalistas na tarefa de estatizar os sindicatos e corromper os movimentos com benesses do Estado. Retorna à oposição desgastado, desmoralizado e completamente subserviente à democracia burguesa oligárquica. A imposição da política de conciliação de classes, utilizando-se do poder do Estado e das centrais sindicais, principalmente da CUT, manteve o proletariado desorganizado e subordinado à dominação ideológica da burguesia. Via de regra, as esquerdas seguiram o PT, ainda que se declarassem opositoras, e o atacassem por sua descarada colaboração de classes. O seguidismo evidenciou suas raízes ao apoiar o PT no segundo turno, em nome da fraude de que se tratava de barrar o fascismo.

A passividade do movimento operário, camponês, popular e estudantil se deve a esse percurso. O desmonte da greve de 28 de abril do ano passado permitiu que a débil ditadura civil de Temer concluísse sua transição. Impusesse a reforma trabalhista e a lei da terceirização. E que, agora, ofereça os meios para a ditadura policial de Bolsonaro se instalar no País.

A classe operária é a força social capaz de enfrentar Bolsonaro. Para isso, é preciso responder firmemente à reforma da previdência, barrar esse ataque generalizado aos trabalhadores significa abrir uma fissura no governo que se inicia. O contrário também é verdadeiro. Estudantes e professores têm de arrebanhar o projeto obscurantista e fascizante da “Escola sem Partido”. Está colocada a organização imediata de uma frente única de combate, que unifique operários, camponeses, populares e juventude. Essa unidade na luta criará as condições para a classe operária erguer a frente única anti-imperialista.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Maior submissão ao imperialismo ianque

A indicação dos ministros do governo Bolsonaro revela sua ligação umbilical com o governo Trump. As ações governamentais estarão condicionadas pelos interesses da potência imperialista, exercidas a partir de cargos vinculados diretamente ao governo norte-americano.

O banqueiro Paulo Guedes, fundador do banco BTG Pactual e da BR Investimentos, será o pivô, ocupando a economia. Esse ministério reunirá a Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio. Esse agente do imperialismo foi o mentor da reforma da Previdência no Chile, que, a mando dos Estados Unidos, a transformou em negócio de capitalização, e hoje é rechaçada pela imensa maioria dos chilenos. O ultraliberal, defensor do chamado “estado mínimo”, intervirá na economia como um privatista radical.

Sua ficha não tem nada de limpeza. É investigado em duas ações: em uma delas, o Ministério Público Federal (MPF) apura se Guedes cometeu gestão fraudulenta ou temerária, ao se associar a diretores dos fundos de pensão Previ (do Banco do Brasil), Petros (da Petrobras), Funcef (da Caixa) e Postalis (dos Correios), entre fevereiro de 2009 e junho de 2013. Também é investigado, em inquérito no âmbito da operação Greenfield, sob suspeita de emissão e negociação de títulos mobiliários sem lastros ou garantias. Sua ligação com Bolsonaro durante a campanha eleitoral compareceu como uma espécie de aval aos capitalistas contra quaisquer vacilações de cunho nacionalista que pudessem vir dos militares apoiadores do candidato fascista.

A partir de Guedes, surgiram mais indicações a postos-chaves. Para o BNDES, que responde pela maior parte do financiamento industrial, foi indicado o ex-ministro de Dilma, Joaquim Levy. Esse senhor de fala mansa é diretor executivo do Banco Mundial, portanto outro agente provado do capital financeiro internacional. Sua ascensão ao ministério de Dilma ocorreu quando o governo mostrava sinais de que não conseguiria arcar com o pagamento dos juros da dívida pública, e foi indicado pelos bancos para realizar o chamado “ajuste fiscal”, isso entre o 1º e 2º turnos da eleição de 2014. Estará no BNDES para garantir que as verbas bilionárias estejam a serviço do parasitismo financeiro.

Para o Banco Central, a equipe econômica indicou o economista Roberto Campos Neto, neto do ex-ministro da ditadura militar, Roberto Campos, um economista “criado” nos EUA e que serviu nos governos militares para impulsionar a política de endividamento externo e, portanto, de escoadouro de capital especulativo, em benefício dos bancos internacionais. Campos Neto trabalhava para o Banco Santander. Mansueto de Almeida, atual secretário do Tesouro do governo Temer, permanecerá no cargo.

Na Justiça, que agora reunirá a Segurança Pública e outras secretarias de forma centralizada, estará o juiz Sergio Moro. Conhecido pela condução das investigações da Operação Lava Jato, Moro teve formação nos EUA, foi treinado na operação Bridges Project, em 2009 (sob a batuta do Departamento de Estado norte-americano), e reunia-se periodicamente com agentes do FBI, responsáveis pelas operações de investigação de corrupção na América Latina, que deveriam ser usadas como armas contra governantes que criassem dificuldades para a execução de políticas

ditadas pelo governo norte-americano. Moro atuará na Justiça e na Segurança como executor e avalista dos ditames ianques. O governo de Bolsonaro não pode ser abalado por nenhum escândalo de corrupção. As recentes atividades da Polícia Federal, de várias prisões de parlamentares do Rio de Janeiro e outros estados, compõem como rescaldos. A nova ofensiva, na Bahia, procura, principalmente, completar a criminalização dos petistas. O fundamental vem sendo cumprido, que é desmontar o PT.

No Ministério da Agricultura, tudo apontava para a indicação do presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Nabhan Garcia, amigo de 30 anos de Bolsonaro. Garcia havia prometido aos seus comparsas latifundiários o perdão das dívidas de agricultores para com o governo federal, no valor de um trilhão de reais, e a criminalização das ocupações de terras pelo MST, que seria enquadrada como terrorista. Mas a indicação da ex-Secretária de Agricultura de Mato Grosso do Sul, Teresa Cristina (DEM), líder da bancada da agropecuária na Câmara dos Deputados, prevaleceu. Ela é investigada por favorecer a JBS, da família Batista, quando Secretária de Governo. Da base fiel de Temer, se desligou do PSB e foi para o DEM quando das denúncias de Joesley, em 2017. Sua ascensão e a subordinação de Garcia ao posto de Secretário de Assuntos Fundiários mostram que não haverá nenhum tipo de concessão que implique na redução de recursos destinados ao pagamento da dívida pública.

O diplomata Ernesto Araújo, muito ligado a Donald Trump, será o Ministro das Relações Exteriores, o chanceler brasileiro. Atualmente, ele é diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos do Ministério das Relações Exteriores. Indica que o governo Bolsonaro abandonará qualquer disfarce de suposta neutralidade, para passar a um seguidismo explícito da política exterior norte-americana.

Quanto às indicações de militares, confirmam a crescente militarização em marcha no país. Para o Ministério da Ciência e Tecnologia, o tenente-coronel Marcos Pontes, ex-astronauta, assumirá e centralizará as universidades federais. O general Fernando Azevedo e Silva, ex-chefe do Estado Maior do Exército e atual assessor do Presidente do STF, Dias Toffoli, assumirá a Defesa, no lugar do General Augusto Heleno, que ficará no gabinete de Segurança Institucional, em sala próxima à de Bolsonaro, no Palácio do Planalto. Heleno é visto como o “cabeça” entre os generais e demais altos oficiais que apoiaram Bolsonaro. Foi comandante das tropas brasileiras que ocuparam o Haiti, em 2004, e presidente do Comitê Olímpico que dirigiu as Olimpíadas no Rio de Janeiro (este último cargo é um “cartão de visitas” de corrupção). Anteriormente, era visto como nome para a Defesa, mas Bolsonaro acatou a “sugestão” do atual comandante do Exército, general Villas Boas, para colocá-lo mais próximo da presidência. Heleno estará lado a lado de Bolsonaro, e o “consultor” de Toffoli estará à cabeça das tropas.

Para o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, Bolsonaro pretende manter Wagner de Campos Rosário, atual ministro de Temer. Rosário é capitão do Exército, e assumiu a pasta depois da demissão de Torquato Jardim.

No Gabinete da Casa Civil, estará o deputado Onyx Lorenzoni, amigo de Bolsonaro há 15 anos, desde a atuação conjunta contra os desarmamentistas na Câmara dos Deputados. Loren-

zoni é um veterinário, proprietário agrícola, e líder na banca da bala. Confessou ter recebido R\$ 100 mil de propina da JBS e foi relator do projeto “10 medidas contra a corrupção”, que foi totalmente deformado por ele, de forma a não afetar os parlamentares em suas negociatas. Foi aliado de primeira hora do MBL, grupo fascistoide impulsionado pelos EUA, quando da campanha pela derrubada de Dilma Rousseff. E foi o primeiro apoiador de Bolsonaro dentro do DEM, que começou a campanha presidencial ao lado de Geraldo Alckmin (PSDB), mas logo foi pulando para o lado do aventureiro viável eleitoralmente da situação. Lorenzoni é um oligarca regional que tem por tarefa articular os planos do governo Bolsonaro com as demais oligarquias regionais, de forma a tornar possível a aprovação de projetos no parlamento.

O apoio à candidatura de Bolsonaro de generais do exército com posições corporativistas e nacionalistas comparece, agora, subordinado aos interesses e ditames do governo norte-americano e capital financeiro internacional, conforme se revela na indicação dos nomes aos principais cargos. Bolsonaro e Gue-

des almejam uma reforma da Previdência mais dura que a de Temer, de forma a garantir o sustento do parasitismo financeiro sobre a dívida pública com centenas de bilhões que serão arrancadas do INSS. Enquanto isso, seus auxiliares estarão a postos para desviar todos os recursos disponíveis aos parasitas financeiros, e reprimir as manifestações de massas contrárias. Sempre, é claro, preservando os interesses particulares e gerais dos exploradores, e seus negócios e negociatas.

Nesse quadro, a projetada oposição institucional e parlamentar do PT se revela impotente, e um obstáculo para combater e derrotar as medidas antinacionais e antipopulares do futuro governo.

Não cabe esperar um só momento para organizar o enfrentamento ao governo ditatorial e fascizante de Bolsonaro. A situação exige a mais ampla unidade na luta ao redor das reivindicações e métodos da luta de classes para enfrentar e derrotar as medidas de proteção aos exploradores, diante da permanência e aprofundamento da crise. É preciso retomar o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017.

Notas sobre o novo governo

Montagem do governo militarista

O esboço inicial do governo de Bolsonaro confirma a previsão de que se assentaria em altas patentes das Forças Armadas. Sem se apoiar em um dos grandes partidos da burguesia – o PSL é uma sigla vazia –, tem de recorrer aos militares. O fato de ter saído desse meio, e de expressar um elo com o período da ditadura militar, aglutinou um conjunto de generais reformados, que evidentemente mantêm influências sobre os quartéis. Inicialmente, procurou colocar um civil como seu vice-presidente. O deputado Magno Malta representaria as igrejas evangélicas. Não sendo possível, recorreu ao general Hamilton Mourão, conhecido por seus ataques ao PT, pela fidelidade ao golpe de 1964, à ordem imposta pelas duas décadas de governos militares, e por seu vínculo com os Estados Unidos.

A profunda crise dos partidos da burguesia – entre eles o PT – e a decomposição do Congresso Nacional possibilitaram a projeção de uma linha militarista de poder. O golpe de Estado de 2016 contou com a anuência das Forças Armadas. O governo preposto, imediatamente, passou a reestruturar o aparato de segurança nacional e a polícia política, que haviam se enfraquecido com o fim do regime militar. O que implicou trazer para dentro do governo, em postos-chaves, representantes das Forças Armadas. A intervenção militar no estado do Rio de Janeiro se encarregou de fortalecer a presença dos generais na política nacional.

A vitória de Bolsonaro se deveu, em grande medida, ao golpe de Estado. Permite o continuísmo, alterado pelo fato do presidente ser eleito e por cercar-se do poder militar. Caso o PT tivesse vencido as eleições, expressaria uma ruptura na linha do golpe e abriria uma nova etapa da crise política. Um governo militarizado, distintamente, tem a função de fechar o ciclo de todo um período de crise. Está aí por que Bolsonaro tem de obrigatoriamente se valer das Forças Armadas e do Estado policial. Essa é forma de disciplinar as frações burguesas em

disputa e conter a revolta dos explorados. Evidentemente, não é possível prever seu êxito ou fracasso. Seu governo depende do comportamento da crise econômica e da subserviência da oposição burguesa, principalmente do PT e da burocracia sindical. Apesar das previsões otimistas sobre a possibilidade da recuperação do crescimento no próximo ano, a situação mundial é instável. O que condicionará o reanimamento interno. Tudo indica que o otimismo do momento serve para amparar o novo governo.

Os seus postos-chaves já estão montados. Os generais Augusto Heleno e Hamilton Mourão serão dois de seus pilares. O terceiro cabe ao general Fernando Azevedo e Silva. Essa tríade comandará, de fato, o governo. Houve um rearranjo no esquema inicial, que, evidentemente, fortalece o caráter militar do governo. Augusto Heleno estava escalado para o Ministério da Defesa. Foi deslocado para a chefia do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Lembremos que esse posto foi reformulado no governo de Temer, sob o comando do general Sérgio Etche-goyen. Sua função precípua é a de controlar os sindicatos, os movimentos, perseguir as correntes de esquerda e sufocar a luta de classes. A entrega da Defesa a um general dá seguimento à mudança operada pela ditadura civil de Temer. Era patente entre a burguesia e as suas instituições, depois do fim do regime militar, que seria mais conveniente ter nesse ministério um civil, seguindo o preceito de que o presidente da República é o chefe geral das Forças Armadas. A noção de que as Forças Armadas respondem ao governo civil, e não o contrário, foi desconsiderada. Há o temor de que, com tanto poder, os militares se envolvam amplamente na política. O fato é que já estão envolvidos, assumindo o comando do governo eleito. É irrelevante o argumento de que a participação de militares na política não caracteriza o governo de Bolsonaro de militar.

O fundamental está em que o retorno dos generais por meio do golpe de Estado e da eleição de um governo de ultradireita corresponde à debilidade da burguesia nacional diante do proletariado e da maioria da população empobrecida. Correspon-

de à fragilidade da democracia burguesa, com seus partidos apodrecidos, decadentes e desmoralizados diante dos explorados. E corresponde ao fracasso do reformismo em resolver as tarefas democráticas pendentes do capitalismo atrasado e semicolonial.

A luta firme e decidida da vanguarda, sob a estratégia da revolução proletária, para organizar frente única das massas contra o governo militarista e fascizante, se converterá em luta pela superação da crise de direção, que é o principal problema da situação.

Alinhamento por trás dos Estados Unidos

Bolsonaro e seu grupo de militares foram buscar para ministro das Relações Exteriores o diplomata Ernesto Araújo. Sua credencial é de quem cultiva o ódio de raiz ao PT. Esse espécime está de acordo com o objetivo de varrer do Itamarati as posições montadas pelo ex-ministro Celso Amorim, que serviu ao governo de Lula. Os novos governantes são completamente avessos ao nacional-reformismo e à política de conciliação de classes. O que lhes confere um traço típico do fascismo.

O nome de Araújo surpreendeu até mesmo setores da direita burguesa. O homem lhes parece um tanto excêntrico. A classificação do PT como partido terrorista expõe, não só a mentalidade ultrareacionária, como também a enorme capacidade de soltar disparates. A essa faculdade mental, Bolsonaro chamou de “brilhante intelectual”. Há quem diga que “seus dons teóricos” compensam as “posições leigas de Bolsonaro”, no que diz respeito à política externa e a temas como “família, religião, aborto, PT, Trump, China”. Na realidade, não passa de um medíocre servidor do Itamarati no Departamento de EUA, Canadá e assuntos Interamericanos, promovido recentemente a embaixador por Temer. Segundo informações, foi indicado a Bolsonaro pelo impostor Olavo de Carvalho, que se diz filósofo. A ideia de Ernesto Araújo de que Trump é um deus que poderá salvar o ocidente dá a dimensão de seus “dons teóricos”.

O que importa, no entanto, é que o governo de Bolsonaro se dispôs a se alinhar por detrás dos Estados Unidos. Uma das consequências é a de abrir caminho para o aumento da influência militar do imperialismo americano no interior do País. Trump vê a possibilidade de alargar o mercado da indústria bélica. A ambição pelo controle da Base de Alcântara, no Maranhão, começou a ser alcançada no governo de Temer e, agora, tem tudo para ser realizada com Bolsonaro. A entrega da Embraer à Boeing mostrou o quanto os militares brasileiros se tornaram serviços do imperialismo.

Os primeiros anúncios de virada na política externa apontaram contradições que não serão tão fáceis a Bolsonaro contornar. A pretensão de seguir os Estados Unidos na guerra comercial contra a China implica abalar as relações com um de seus maiores importadores de commodities. Seguir a política de Trump é mais do que se colocar em confronto com a China. É o que se evidenciou com o anúncio do ministro da Fazenda, Paulo Guedes, em relação ao Mercosul. O Brasil necessita da aproximação com a União Europeia para contrabalançar o peso dos Estados Unidos na América Latina. Inevitavelmente, crescerá o conflito da potência norte-americana com a Europa. A partilha do mundo promovida pela Segunda Guerra Mun-

dial, sob a hegemonia incontestável dos Estados Unidos, está esgotada. A crise de superprodução e a tendência mundial de destruição de parte das forças produtivas obrigam a maior potência a se decidir pela guerra comercial, com a qual procura defender sua economia em decadência e garantir sua hegemonia em declínio. Aliar-se aos Estados Unidos é ser arrastado na divisão interimperialista, e não uma decisão soberana do Brasil.

Os ataques do futuro ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro à “China maoísta” têm muita transcendência. Não é o mesmo que regurgitar ideias estúpidas, do tipo de que a globalização econômica é pilotada pelo marxismo cultural e de que é preciso recuperar os valores cristãos. A ideologia reacionária, ultradireitista e fascizante, para se tornar dominante, necessita de ações concretas na economia e na luta de classes. A fisionomia real, concreta, do governo Bolsonaro se materializará com seu alinhamento ao imperialismo norte-americano. E com as medidas antinacionais e antipopulares a serem aplicadas no interior das fronteiras nacionais.

No próximo período, com certeza, os explorados terão de não apenas se defender, como também defender o País, contra sua maior inserção nos choques interimperialistas, na guerra comercial e na ofensiva militar dos Estados Unidos em toda a parte, e, particularmente na América Latina. Está colocada desde já trabalhar pela constituição de uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. Tarefas como a de conquistar a independência nacional são postas mais claramente à luz dos acontecimentos.

Guedes dita o liberalismo do governo Bolsonaro

A fração mais poderosa a burguesia nacional, sediada no Sul e Sudeste, atribui ao estatismo a responsabilidade pelo baixo desenvolvimento do País. Suas raízes estariam no nacionalismo varguista e passariam pelo nacionalismo militar. A apologia de Bolsonaro ao ciclo da ditadura, iniciado em 1964 e concluído em 1985, despertou desconfiança em setores liberais da burguesia. Exigiram um compromisso explícito do candidato do PSL com a desestatização. Não gostaram que Bolsonaro restringisse as ambições de seu mentor econômico e ministro Paulo Guedes de não deixar pedra sobre pedra.

A noção de que existem estatais estratégicas seria herança do nacionalismo militar, cuja expressão mais alta foi a do tempo do general Ernesto Geisel. Como não privatizar a Eletrobras? Por que não entregar todo sistema elétrico para a iniciativa privada? Assim os ultraliberais questionaram, ainda nas eleições. Admitem que, com a Petrobras, se deve ser um pouquinho menos afoito. Mas, a privatização de sua rede de distribuição deve ser imediata. A vocação da estatal – hoje, semi-estatal – é apenas de prospecção e refino. Mas, por que manter o monopólio do refino? É preciso, para os liberais, abrir o País para a concorrência internacional. O plano se resume, assim, na privatização de toda atividade que não seja a de prospecção e refino, e na quebra do monopólio nacional do refino. Caso esse plano seja executado, é questão de tempo para a Petrobras perder sua dimensão econômica e acabar sob o controle do poderoso capital das petroleiras.

A entrega de bacias petrolíferas foi dinamizada pela dita-

dura civil de Temer. Nisso, todos os liberais estão satisfeitos. Bolsonaro reclama que o Brasil não pode ser vendido à China, mas pode ser aos Estados Unidos, Inglaterra, França, etc. Para justificar a alienação dos recursos petrolíferos e desmontar a Petrobras, os liberais lançaram mão do argumento peregrino de que os dias da energia baseada no óleo estão contados. Então, o Brasil deve correr contra o tempo e esvaziar o mais rápido possível suas reservas. Para cumprir tamanha proeza, não há outra forma senão convocar as petroleiras a prospectarem a todo o vapor.

Tratamos do caso particular da Petrobras, porque aí convergem os maiores interesses do capital financeiro e dos monopólios internacionais. Mas os liberais brasileiros almejam alcançar o voo da águia, ainda que não tenham asas próprias. Responsabilizam, também, o protecionismo pelo atraso e baixo desempenho da economia brasileira.

A conclusão do banco HSBC, extraída de sua pesquisa, de que a maioria das empresas é favorável aos acordos de livre-comércio, vem ao encontro do liberalismo apregoado por Guedes. A influência do pensamento econômico disseminado pelo capital financeiro e multinacional, de que a economia interna vai dar um salto com uma maior abertura de sua fronteira nacional, retomou em alto patamar, com a falência do nacional-reformismo petista. Tudo indica que a burguesia brasileira não tem como evitar o aperto da corda que ela mesma aceitou se colocar.

A estrutura industrial montada desde 1930 acabou sendo penetrada pelo capital imperialista. Impulsionada pelas duas guerras mundiais, concluiu, abrindo-se à penetração dos monopólios internacionais, principalmente, a partir de 1950. Todos os ramos fundamentais da produção estão assentados no capital externo, e comandados em geral pelas multinacionais. A burguesia nacional tão-somente compartilha de sua direção. Sua caducidade como classe dirigente do País atingiu tal ponto, que chega a depender de um governo como o de Bolsonaro e de agentes dos Estados Unidos como Guedes. O liberalismo é ditado pelas potências às nações de economia atrasada, portanto, seu conteúdo é imperialista. Já não pode ser praticado sob a forma do capitalismo monopolista. Está aí por que se constitui como negação do nacionalismo burguês do país semicolonial, que é defensivo.

A desnacionalização e a maior abertura das fronteiras nacionais acelerarão o processo de desindustrialização e de maior primarização da economia. A onda liberal, levantada com a eleição de Bolsonaro, por estranho que pareça, é impulsionada pelos impasses da crise mundial, que se desenvolve desde 2008, pelo protecionismo de Trump e por sua guerra comercial, especialmente dirigida contra a China.

Bolsonaro e seu governo constituído de militares prometeram trilhar esse caminho. Não há como cumprir esse percurso, a não ser à base da força, do uso do método policial de governar. Terão de silenciar os sindicatos e os movimentos; de manejar a classe média contra a classe operária e impor uma disciplina de ferro às disputas entre as frações burguesas.

A vanguarda está obrigada a se livrar do reformismo impotente, a trabalhar pela organização dos explorados no campo da independência de classe e empunhar o programa da independência nacional e resolução das tarefas democráticas. O que exige lutar sob o programa da revolução proletária.

Bancada evangélica cobra fidelidade

Não foi o primeiro recuo de Bolsonaro na formação de seus ministérios. O mais emblemático ocorreu com o ministério da Agricultura. A Frente Parlamentar do Agronegócio acabou impondo a deputada Tereza Cristina (DEM). O mais escandaloso ultimato, porém, foi dado pela Frente Parlamentar Evangélica. Mozart Neves, do Instituto Ayrton Senna, foi indicado para o ministério da Educação e, imediatamente, afastado. Os evangélicos foram até Bolsonaro mostrar o seu desacordo com o nome de Mozart, considerado inadequado porque não era alinhado ao projeto “Escola sem Partido”. Não admitiram um ministro que não tivesse “afinidade ideológica”. Disseram que respeitavam Mozart por suas qualidades, mas que faltava a principal delas, que era a de comungar sobre a mesma bíblia. Certamente, a indicação de Mozart se deveu ao fato de trabalhar pela privatização do ensino. Como inimigo da escola pública, estava no lugar certo no governo de Bolsonaro. Os capitalistas da educação devem ter gostado da escolha inicial de Bolsonaro. Mas a supremacia ideológica dos evangélicos falou mais alto.

Bolsonaro voltou atrás e, segundo informações, acatou o conselho do filósofo brasileiro, que vive comodamente nos Estados Unidos, Olavo de Carvalho, conhecido por seu reacionarismo e embustes. Vai ocupar o ministério um “filósofo e professor colombiano nacionalizado brasileiro Ricardo Vélez Rodríguez”. É um partidário da “Escola sem Partido”. Basta saber que é “professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército” e que acha o “sistema de ensino alheio às suas vidas e afinado com a tentativa de impor, à sociedade, uma doutrinação de índole cientificista e enquistada na ideologia marxista, travestida de revolução cultural gramsciana, com toda corte de invenções deletérias em matéria pedagógica, como a educação de gênero”. Pode-se ver por aí o tamanho do imbecil que irá ocupar o ministério. Os evangélicos consideram líquido e certo que aprovarão, no Congresso Nacional, o projeto “Escola sem Partido”. Assim, precisam de um mão-de-ferro para impor o sistema de censura, delação, perseguição e punição.

Durabilidade do governo

Segundo o pastor e chefe da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, a “guinada à direita vai ser longa”. Pouco antes, José Dirceu, ex-homem forte do PT, havia considerado que o governo de Bolsonaro deve ser duradouro, e que a oposição terá encarar a luta em longo prazo. Parece que o vencedor e o derrotado convergem na avaliação.

Sem dúvida, Dirceu já não fala pelo PT, mas não deixa de ser sintomático o seu pessimismo. Ao contrário, Malafaia é um homem que ascende na política, galgado na vitória da ultradireita. Caso essa previsão se confirme, podemos esperar um resultado catastrófico para a economia e para a vida das massas.

Sob a direção de Paulo Guedes, a política econômica levará a uma maior e mais profunda dependência do País ao imperialismo, principalmente aos Estados Unidos. A reforma da Previdência será imposta na sua forma mais drástica. E a reforma trabalhista ganhará um ritmo veloz. O capital financeiro exercerá uma hegemonia até então desconhecida. Essa é a hipótese

mais provável, que se depreende da diretriz do programa de alinhamento do Brasil à política mundial de Trump. Não há, porém, como desenvolvê-la, sem que o governo se choque com a classe operária e os demais explorados.

A possibilidade de abertura de um novo ciclo econômico de crescimento, superação da retração e reposição dos postos de trabalho destruídos é escassa. A maior probabilidade é de baixo crescimento ou estagnação. Os sinais de arrefecimento da recuperação dos Estados Unidos e o retorno dos desequilíbrios mundiais não permitem um firme otimismo sobre o desempenho econômico do Brasil. O mais convincente é que o governo de Bolsonaro continuará assentado nas contradições, que, no passado, levaram ao desmoronamento da ditadura militar e não permitiram estabelecer um regime democrático estável.

É bem possível que tenha a seu favor o estancamento dos escândalos de corrupção da envergadura produzida pela Operação Lava Jato. Inicialmente, a classe média está disposta a sustentar um governo autoritário. A sua conformação militarista expressa que essa é a via. Uma dura repressão deve recair sobre os sindicatos mais ativos e sobre os movimentos que conseguem promover grandes protestos de rua e ocupações. A disposição de governar com os métodos policiais e militaristas foi abertamente anunciada por Bolsonaro e seu vice, general Mourão.

A vitória eleitoral da ultradireita sobre a esquerda reformista (em franca decadência) não resultou em uma derrota da classe operária. As eleições são o campo da disputa interburguesa. Como classe, o proletariado não tem como chegar ao poder por essa via. A maioria que foi arregimentada por trás de Bolsonaro – para isso, muito contribuíram as igrejas evangélicas – logo sentirá o peso de sua política antipopular.

Essa consideração é importante para se avaliar, teórica e hipoteticamente, a longevidade da virada à direita no Brasil. O fenômeno é internacional. Na América Latina, a burguesia vem se desfazendo dos governos nacional-reformistas, que já não lhe servem. Nesse sentido, a virada à direita pode ser duradoura.

É necessário, no entanto, verificar concretamente as condições da luta de classes. A análise sobre o governo de Bolsonaro nos leva à questão da direção política das massas, que continuam sob o predomínio do PT, aliados e da burocracia sindical. Caso siga a observação de José Dirceu, adaptar-se-á ao governo ditatorial, aguardando o momento de seu fracasso e se preparando para uma possível volta ao poder. Intervirá no sentido de conter as revoltas e evitar que as massas rompam o cordão da política de conciliação de classes. Tal probabilidade está de acordo com a conduta do PT e da oposição burguesa em geral após a derrota eleitoral.

Se a durabilidade do governo da ultradireita depender dos opositores, Bolsonaro se firmará no poder. Poderá, assim, contribuir para firmar o processo de direitização na América Latina. O imperialismo intervirá mais incisivamente para garantir essa possibilidade. O ciclo de regimes nacionalistas ou seminacionalistas se esgotou e cede lugar a regimes francamente pró-imperialistas. Aqueles que se mantêm de pé, como na Venezuela, Bolívia e Nicarágua, estão em estado de adiantada decomposição. O imperialismo está com a ofensiva.

A vanguarda deve rever sua adaptação ao reformismo e ao

centrismo de esquerda. Convergir para o programa da revolução proletária, dispor-se a construir o partido revolucionário e trabalhar pela organização independente das lutas. Sem dúvida, a defesa das bandeiras econômicas dos explorados e do enfrentamento ao imperialismo cobra urgência. É dando expressão política e organizativa às tendências de luta dos explorados que se pode abreviar a vida do governo ditatorial, antinacional e antipopular.

Aceno da oposição burguesa a Bolsonaro

Cid Gomes explicou que o PDT está trabalhando para formar um bloco opositor, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado. Fariam parte PPS, PRB, PHS, PSB, Rede e PCdoB.

Como se nota, o PT não está sendo convidado. Anteriormente, logo após as eleições, Cid havia justificado a exclusão dos petistas com o argumento de que não mais seria admitida a hegemonia do petismo. Chamou a atenção de que o bloco que se forma na Câmara conte com o PCdoB. Não porque essa intenção não tivesse sido transpirada. Depois do golpe de Estado, os pecebistas haviam criticado o hegemonismo. O chute no PT, no entanto, ocorre quando participaram nas eleições, ocupando a vice-presidência na chapa. É bem provável que a derrota leve o PCdoB para os braços do PSB e PDT.

O candidato Cid Gomes e seu irmão ficaram possesores com Lula. Não aceitaram que lançasse a candidatura de Haddad e ainda por cima arrastasse o PSB e PCdoB, interessados em acordos regionais, naquele momento. Cid acusou o caudilho petista de traição. Cid dá o troco, isolando do PT. Exige uma revisão de sua conduta política, caso queira integrar o bloco de esquerda.

A ideia do parlamentar pedetista é que o bloco não fará “oposição sistemática” a Bolsonaro. Inicia, portanto, com o aceno ao novo governo de que está disposto a votar favorável àquilo que julgar que seja bom para o Brasil, em outras palavras, para o interesse desta ou daquela fração da burguesia. Essa diretriz, evidentemente, levará o bloco a confluir com a oposição de um contingente parlamentar do PSDB, PMDB e mesmo do DEM. Acima das divergências com Bolsonaro – que foi qualificado de fascista por Cid –, está a “estabilidade do Estado”.

Essa ala da oposição, que esteve muito mais próxima do PT do que do PSDB, MDB e DEM, pretende ocupar o lugar de centro-direita, marginalizar o PT e se ligar mais aos antigos desafetos que não se coloquem como base de apoio a Bolsonaro. Caso essa camisa de força seja colocada no PT, sua tendência é a de se conformar. Lula continua preso, os bolsonaristas vão caçar os petistas no aparato de Estado, reduzir sua capacidade financeira e cercar os sindicatos, que lhes servem de base de apoio. Se essa possibilidade se confirmar, a capacidade do PT de exercer a oposição pode ser diminuída.

As dificuldades de governabilidade, porém, são muitas. Nada indica que a crise econômica será brevemente superada. O desemprego, subemprego e pobreza são semeios para o descontentamento e revolta das massas. Nenhum plano antecipado da oposição burguesa pode estar minimamente assegurado.

O que importa, nessas considerações, é a demonstração de que já não se fala em combater o fascismo de Bolsonaro, nem de confrontar sua política. A pretendida oposição liderada pelo PDT, não apenas foi derrotada nas eleições, como também disciplinada em torno à exigência da burguesia de “pacificação do País”. Não vimos a resposta do PT – se é que tenha dado –, mas o mais provável é que tenda a contemporizar com o bloco de oposição liderado pelo PDT.

A importância dessa nova situação política – aberta pelo golpe de Estado e prosseguida com a vitória da ultradireita – está em que a oposição burguesa tudo fará para

evitar que a classe operária e os demais explorados se lancem contra o governo, que prepara um brutal ataque com a reforma da Previdência. É de imensa importância que a vanguarda faça uma denúncia implacável da oposição burguesa de esquerda, que nas eleições convocaram as massas a votarem contra o fascista Bolsonaro e que, agora, estão por sua governabilidade. É necessário erguer no seio dos explorados a bandeira de “Abaixo o governo ditatorial, militarista e fascizante de Bolsonaro!”. Logo vão entender que estabelece um norte da resistência à sua política anti-nacional e antipopular.

Quinzena de luta operária

Como responder à repressão na Lorenzetti

A Lorenzetti demitiu vários operários, em retaliação à greve do final de agosto. É próprio do patronato pisotear o direito de greve. O que não é próprio é a direção do sindicato ajudar o capitalista a reprimir os grevistas. Há fortes suspeitas de que o diretor sindical responsável pela Lorenzetti, Roberto Dias, o Ninja, forneceu ao patrão a lista dos mais combativos. A suspeita se tornou mais contundente com a passividade do sindicato e o desaparecimento do Ninja da porta da fábrica, bem no momento em que os grevistas recebiam a ordem de demissão. O fato do burocrata se esconder indica que foi comprado. A podridão da burocracia sindical é bem conhecida dos trabalhadores. Está aí por que a desconfiança com o sindicato é grande. O que prejudica as lutas, o que ajuda a burguesia a despolitizar a classe operária.

O Boletim Nossa Classe, que apoiou a greve, desde o início, denunciou o papel traidor da burocracia do sindicato. Sabendo do que poderia ocorrer, procurou organizar uma comissão operária para que essa dirigisse a luta, desde o chão da fábrica. Esforçou-se por se reunir com os operários mais conscientes da necessidade da greve. Mas, as condições não permitiram concretizar esse objetivo. Assim, a greve ficou na dependência do Ninja e, conseqüentemente, do sindicato.

Logo no início do movimento, o Boletim Nossa Classe denunciou a suspensão da greve, que havia sido aprovada em assembleia. Ninja procurou negociar com o patrão uma forma de suspender a greve. Não tendo resposta positiva às reivindicações – fim da jornada 12X36, aumento de salário e pagamento da nona hora do terceiro turno –, Ninja não teve outra saída, senão aceitar a greve. Mas, estava mancomunado com a Lorenzetti para acabar rapidamente com a greve. Manteve as assembleias separadas por turno, e facilitou o segundo turno furar o movimento.

Assim, as ameaças patronais foram mais fortes que a coesão dos operários, que se mostrava mais firme no terceiro turno. O segundo turno tinha tudo para se fortalecer. Era preciso vencer o segundo turno, que se mostrava propenso à campanha patronal e à ameaça de demissão. Ninja viu que a melhor forma de evitar a unidade operária era impedir a realização da assembleia geral e a constituição de uma comissão de fábrica, ambas defendidas pelo Boletim Nossa Classe. Aqueles operários que individualmente concordaram com a nossa defesa da

greve não conseguiram se elevar como direção, o que implicaria se reunir com o Boletim Nossa Classe e, por esse caminho, constituir um grupo organizado em torno à defesa da greve.

Essa experiência dolorosa mostra a importância dos operários mais avançados na consciência de classe de se organizarem no partido revolucionário, que atua no movimento sindical por meio do Boletim Nossa Classe. Sem que se organizem as comissões de fábrica e a oposição classista à burocracia sindical, as greves são sabotadas e derrotadas pela ditadura patronal e pela colaboração dos sindicalistas vendidos.

Combater as demissões na Mahle Metal Leve

As demissões na empresa Mahle vêm acontecendo desde setembro. Para colocar medo nos trabalhadores, a empresa realiza reuniões periódicas. Ameaça fechar a planta. Mente, dizendo que está em crise, que existe baixa performance, etc.

Na verdade, segundo dados da própria empresa, divulgados na revista Valor Econômico, de março de 2018, a receita da Mahle cresceu 14,4%, passando de R\$ 503,9 milhões para 576,6 milhões. No mercado interno, as vendas aumentaram 36,2%. Os capitalistas querem muito mais.

Para reduzir os custos e aumentar seu lucro, a empresa avança na terceirização e nas demissões. Quase todos os dias, os trabalhadores ficam sabendo que companheiros foram demitidos. Um no dia 3, outro no dia 6, e assim por diante. Na unidade da Mahle em Minas Gerais, foram demitidos 100 companheiros. Agora, ameaça demitir 100 companheiros, na unidade de São Bernardo.

A direção do sindicato, por sua vez, nada tem feito para impedir as demissões. Ao contrário. Chegou ao absurdo de dizer, em assembleia, que a empresa iria demitir porque os trabalhadores estão ganhando um salário alto. O sindicato foi criado para defender os empregos e salários da classe operária, e jamais os interesses do patrão.

Frente a isso, os companheiros da Mahle devem perguntar aos diretores do sindicato, Morcegão, Marcelo, Zé da Égua e Assaré, porque o sindicato não traz o caminhão de som e realiza uma assembleia com todos os trabalhadores, para organizar a luta contra as demissões, a terceirização e a ameaça de fechamento da planta. Esse deve ser o papel dos diretores sindicais, não ficar por aí justificando a redução de salários e demissões que a empresa pretende fazer.

É necessário aprovar na assembleia a luta contra a tercei-

rização.

Deixar claro que emprego não se negocia. Defende-se com a luta, com a greve.

Combater as demissões, defendendo a bandeira de redução da jornada sem redução de salários.

Exigir que o sindicato convoque uma assembleia geral, de todos os metalúrgicos do ABC, para unificar a luta contra as demissões, que estão ocorrendo em todas as fábricas.

É necessário ligar a luta contra as demissões na Mahle e demais empresas à luta contra a reforma da Previdência do governo Temer/Bolsonaro. Pela revogação da lei da terceirização e da reforma trabalhista. Para isso, é necessário retomar a greve geral, unificando a classe operária, camponeses e demais oprimidos, para derrotar o novo governo ditatorial e facista de Bolsonaro.

Governos dilapidam o dinheiro dos trabalhadores

Segundo os sindicatos, os diversos governos, incluindo o do golpista de Michel Temer, saqueiam o dinheiro reservado para que os trabalhadores possam ter um dinheiro a mais durante o ano, ou para manter-se até conseguir um novo emprego. É através desse fundo que os desempregados podem ter acesso ao seguro-desemprego e às cotas do PIS/PASEP. É uma migalha, se comparada ao montante que é arrecadado.

No entanto, o governo de ditadura civil de Michel Temer alega que é deficitário. Não tem previsão de repasse de valor para o fundo, o que contribui para que não possa cumprir com sua função. Mas, isso acontece porque uma parte do montante é confiscada pela DRU (Desvinculação das Receitas da União), que fica com 30%, e outra parte, 40%, fica com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Esse valor é utilizado para a especulação financeira e projetos que só beneficiam os capitalistas. São R\$ 600 bilhões arrecadados para serem especulados.

A solução apresentada pelos parasitas do Estado é a de acabar com o mísero abono salarial de, no máximo, de um salário mínimo. Consideram que o pagamento do abono não se justifica nos dias atuais, pois, quando foi criado, na década de 1970, não havia programas sociais para as camadas mais pobres. Diz que o projeto Bolsa Família e a Lei Orgânica de Assistência Social já cumprem esse papel.

Mas, na verdade, os motivos são outros. Além do saque efetuado pelo governo (DRU e BNDES), existe ainda o elevado índice de desemprego, a alta rotatividade dos empregos e a desoneração da folha de pagamento. No final, os trabalhadores recebem um valor mínimo e os governos colocam na mão da burguesia, para utilizar a seu bel prazer.

É preciso que os trabalhadores controlem seu dinheiro. Nada de colocar nas mãos dos capitalistas. Exigir que o governo devolva a parte que deve e que todos os patrões arquem com o fundo integralmente. Falta uma resposta unificada dos sindicatos para os operários imporem o seu controle.

A reforma trabalhista completa um ano

Depois de um ano de sua aprovação, a Reforma Trabalhista, aprovada com a conivência das Centrais Sindicais, vem surtindo o efeito que o governo esperava. Contribuiu para destruir postos de trabalho e aumentar a informalidade e a terceiriza-

ção. Além disso, eliminou a possibilidade do trabalhador requerer seus direitos, solapados pelos patrões utilizando a Justiça do Trabalho. Deixou os patrões livres para explorar ainda mais a força de trabalho.

Segundo os dados do Pnad do IBGE, houve um saldo de 10,7 milhões de trabalhadores sem carteira assinada, em março de 2018, para 11,5 milhões, em setembro de 2018. Diante dos 2 milhões de emprego prometidos, apenas 373 mil vagas formais foram abertas até o momento. A tendência é o crescimento do trabalho terceirizado e intermitente. Não cresceu de acordo com as expectativas dos patrões, porque essa modalidade de contratação só foi aprovada recentemente pelo STF, em agosto. No entanto, as poucas vagas de trabalho intermitente que foram criadas até agora, 35.930, já demonstram seus efeitos na redução da média salarial mensal, que não passou de R\$ 1.400,00.

Como se vê, a classe operária e os demais explorados terão que se organizar contra a imposição da Reforma Trabalhista. Não poderão contar com suas direções sindicais, que foram coniventes com sua aprovação. É preciso ter claro que aceitar a introdução da terceirização, do trabalho intermitente e da informalidade é aceitar a precarização das condições de salário e trabalho. A luta deve ser pela revogação da Reforma Trabalhista. E isso somente é possível com um movimento massivo, que inclua a unidade de todos os trabalhadores pelo fim de todas as reformas.

Desemprego se mantém: defender a escala móvel das horas de trabalho

As pesquisas dos institutos demonstram que o desemprego não para de crescer. Há momentos de pequenas quedas, como é o caso do terceiro trimestre deste ano, cuja taxa ficou em 11,9%. No entanto, traduzido em números, isso representa 12,5 milhões de trabalhadores sem emprego. Além disso, segundo os mesmos institutos de pesquisa, essa diminuição é representada pela entrada de mais trabalhadores no mercado informal. Isto é, sem carteira assinada, sem possibilidade de aposentadoria.

No terceiro trimestre desse ano, 3.197 milhões de trabalhadores estavam desempregados há dois anos ou mais. Um acréscimo de 350 mil pessoas, entre o mesmo período de 2017 e 2018. O número bateu novo recorde histórico, e corresponde a 25,6% do total de desempregados no país. Outro dado importante: 522 mil trabalhadores entraram no mercado de trabalho sem carteira assinada.

O aumento acentuado do desemprego é consequência da crise econômica, que já completa uma década. Os patrões, para manterem suas taxas de lucro estáveis, preferem desempregar e contratar de forma precarizada. Os capitalistas produzem suas crises e depositam nos ombros dos trabalhadores todo o seu peso. É preciso levantar a bandeira de Escala Móvel das Horas de Trabalho, que é a divisão de todas as horas de trabalho entre aqueles que estão aptos ao trabalho. O desemprego em massa é uma chaga do capitalismo. É preciso lutar por sua destruição. Somente a revolução socialista poderá colocar fim à agonia de milhões de trabalhadores.

Cresce a desnacionalização

A crise econômica mundial exige a submissão dos países semicoloniais e de sua burguesia. Além das empresas sob o controle do Estado, que já são poucas, e que estão sendo vendidas a preço de banana, também a aquisição de empresas privadas pelo capital estrangeiro cresceu. Nos últimos cinco anos, mais de 400 empresas já foram adquiridas por outros países. Nesse período, foram desembolsados R\$ 133 bilhões, para comprar participações em companhias nacionais. Somente no ano passado, cresceu 40%, de 75 empresas, em 2016, passou para 108, em 2018.

Com o novo governo de ultradireita, essa situação deve ganhar força. Para muitos analistas, esse movimento é fruto da “elevada onda de liquidez” desses países. Mas, na verdade, é o

capital financeiro agindo sobre as fronteiras nacionais. É o caso da Odebrecht Ambiental, que foi vendida à canadense Brookfield; a compra de ativos da Algar Agro, pela multinacional americana Archer Daniels Midland Company; das hidrelétricas estatais Cesp e Cemig, e da distribuidora de energia CPFL, pelo capital chinês. Por último, ainda temos o capital francês, que também comprou ativos importantes na área de energia renovável, petróleo, aeroportos (Aeroporto de Salvador) e tecnologia.

O governo golpista de ditadura de Temer cumpre seu papel: privatizar as estatais a baixo preço. A burguesia nacional é débil, pois, não consegue enfrentar a voracidade do capital estrangeiro. Cabe à classe operária, organizada em seu partido, cumprir a tarefa de expulsar o imperialismo e o capital financeiro do país. É preciso constituir a frente única anti-imperialista.

Manifesto

Abaixo a reforma da Previdência de Temer-Bolsonaro

16 de novembro de 2018

FIM DE TODAS AS FORMAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PRIVADA) EM DEFESA DE UMA PREVIDÊNCIA ÚNICA, PÚBLICA, SUSTENTADA PELO PATRONATO E PELO ESTADO

Bolsonaro e Temer negociam a retomada da reforma da previdência. O governo golpista faz os últimos preparos para deixar o terreno aplainado para Bolsonaro iniciar sua administração, atacando da melhor forma possível os assalariados. As disputas internas e as divisões na burocracia do Estado impossibilitaram um acordo no Congresso Nacional para aprovar o projeto de reforma da previdência. Distintamente, se passou com a reforma trabalhista e a lei da terceirização.

Temer deixará a presidência da República mostrando ter feito um bom trabalho para os capitalistas, ainda que não completo. A ditadura civil, que surgiu do golpe de Estado, conseguiu se livrar do poderoso movimento que se ergueu entre março e abril de 2017 contra o conjunto das reformas antinacionais e antipopulares. A greve geral de 28 de abril desse ano projetou a classe operária nacionalmente e indicou o caminho a ser seguido para derrubar a reforma previdência, trabalhista e terceirização. As direções burocráticas das centrais, porém, romperam a frente única de combate e, assim, facilitaram a aprovação da violenta reforma trabalhista.

O capital financeiro exerceu uma grande pressão para que a reforma da previdência fosse a primeira da lista. Temer verificou que era mais fácil aprovar as demais reformas, uma vez que não provocavam uma grande divisão na burocracia de Estado (federal, estadual e municipal). As negociações interpartidárias em torno à reforma da previdência demonstraram que setores, como os do judiciário, executivo, Forças Armadas e aparato policial, ofereceram resistência em abrir mão de seus privilégios. A discussão mostrou que os privilegiados são uma minoria, mas muito poderosa no seio do Estado. Assim a reforma da previdência teria de recair completamente sobre a maioria explorada, tanto da iniciativa privada quanto do fun-

cionalismo público. Esse ataque era tão profundo que atingia as camadas mais dependentes da previdência nos estados e municípios, principalmente das regiões mais atrasadas e empobrecidas do Norte e Nordeste. Está claro, portanto, que a reforma pretendida atinge tanto os trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social (INSS) quanto os do Regime Próprio de Previdência Social. O que os une, no essencial, é que terão aumentado a idade e o tempo de contribuição para se aposentar. A fórmula se resume: trabalhar mais, contribuir mais, aposentar mais tarde e receber menos. Também faz parte dessa fórmula a eliminação da diferença entre homem e mulher, na qual se desconhecem a dupla jornada de trabalho e a proteção à maternidade. Está aí a equação capitalista da exploração do trabalho.

Na luta contra a reforma da previdência é muito importante elevar a compreensão política dos trabalhadores de que estão combatendo medidas que intensificam a exploração da força de trabalho e ampliam a pobreza e a miséria das massas. Está aí por que o objetivo da reforma apresentada pelo ministro de Bolsonaro, Paulo Guedes, é ainda mais violenta que a de Temer. Pretende acabar com o sistema de previdência e colocar em seu lugar o regime de capitalização individual. Esse formato elimina a contribuição patronal e estatal para com a previdência. Assim, os capitalistas e seu governo se livram da responsabilidade sobre o destino dos trabalhadores na velhice. Economizam recursos – parte da mais-valia produzida pelos próprios explorados – e ainda por cima se utilizam dos fundos de capitalização para lucrar por meio da agiotagem dos bancos.

Essa experiência foi introduzida, no Chile, com a ditadura fascista de Pinochet. Ditadura essa que contou com os serviços de Paulo Guedes. Não há um só chileno assalariado que não condene o regime de capitalização, a não ser, talvez, uma ultra minoria que recebe altos salários e pode ter o privilégio de poupar folgadoamente para o bem de sua velhice. Em um país tão populoso, como o Brasil, e constituído de uma massa

de pobres e miseráveis, o resultado de tal plano levaria a uma catástrofe mais grandiosa que a do Chile.

A burguesia, encabeçada pelo capital financeiro, diz que sem a reforma da previdência o Tesouro Nacional não terá como sustentá-la, que já consome recursos em excesso e, que, por isso, é uma das maiores travas aos investimentos e ao desenvolvimento econômico. Mas, a realidade é outra. A reforma da previdência é uma das medidas voltadas a sustentar a gigantesca dívida pública e a brutal carga de juros. A política burguesa jamais identificará a real causa ou causas que bloqueiam o crescimento das forças produtivas. Sempre busca na força de trabalho a explicação da crise capitalista. Responsabilizou a CLT, acusando-a de caduca. Destruiu-a com a bárbara reforma trabalhista e a lei da terceirização. Responsabilizou as estatais, acusando-as de estatismo inoperante e fonte de corrupção. Promove os planos de privatização e desnacionalização, que servem ao grande capital nacional e imperialista. Responsabilizou os gastos com a saúde, educação e programas sociais, acusando-os de sobrecarregar os gastos obrigatórios. Aprova um teto de gastos, que corta na carne os serviços essenciais à população.

Em tal quadro, encaixa-se a reforma da previdência. Esse conjunto de medidas antinacionais e antipopulares converge ao objetivo de manter o parasitismo financeiro e o saque do Tesouro Nacional por meio da monumental dívida pública. Atacam-se a previdência, saúde, educação, estatais e recursos naturais, mas não se atacam, em hipótese alguma, os credores da dívida pública. O País, a economia nacional e a população pagam caro a subordinação do Estado aos credores nacionais e internacionais, que se valem da dívida pública para impor reformas tão destrutivas.

Nas condições de crise econômica, como as que o Brasil vem enfrentando desde 2008 – na realidade desde o final da ditadura militar –, os capitalistas pressionam o Estado nacional a abrir mão das estatais, do controle de recursos naturais e impor retrocessos nas relações trabalhistas e previdenciárias. A lucratividade e o processo de concentração de riquezas determinam a política e as ações do governo burguês. Eis por que os explorados não estão lutando apenas contra a reforma da previdência. De fato, a luta contra qualquer uma das medidas antinacionais e antipopulares atinge a política burguesa como um todo. No entanto, os reformistas e as frações da burocracia sindical individualizam caso a caso, fragmentam o objetivo do combate, desvinculam esta ou aquela medida antioperária da política burguesa geral.

Agora, com a retomada da reforma da previdência por Temer e Bolsonaro, esse problema volta à tona. A burocracia e os reformistas, que se dizem contra a reforma da previdência, simplesmente, põem de lado a dívida pública, reforma trabalhista, terceirização e privatizações. É correto denunciar a montanha de subsídios aos empresários e a vultosa dívida dos capitalistas para com o fisco, bem como a farsa de que a previdência é deficitária. Essas denúncias são boas para mostrar aos explorados, que o Estado e o governo

de plantão protegem os exploradores. Mas, é preciso ir além. Mostrar que não há como derrotar as reformas antinacionais e antipopulares sem combater o pagamento da dívida pública. Mostrar que a luta contra a reforma da previdência é apenas o ponto de partida da luta contra a implantação da reforma trabalhista, destruição dos serviços públicos e privatizações.

As centrais, sindicatos e movimentos popular e camponês devem unir as massas em torno de um programa de combate à política geral da burguesia, que se manifesta na forma e no conteúdo como antinacional e antipopular. Bolsonaro e Temer conspiram contra o povo, antes mesmo da posse do novo presidente. Montaram uma equipe de transição para garantir a continuidade da ditadura civil de Temer na forma da nova ditadura militarista de Bolsonaro. As forças que rechaçam a reforma da previdência devem tomar o cuidado de não se emaranhar nas manobras e complôs do governo que finda e do que inicia. Devem fixar uma posição clara de derrubada da reforma da previdência, como parte da luta pelo não pagamento da dívida pública, pela revogação da reforma trabalhista, terceirização, fim das privatizações e reestatização, sob o controle da classe operária.

É preciso alertar os explorados que se trata de um enfrentamento duro e inflexível diante da política burguesa reacionária. Não serão com pequenas manifestações pulverizadas ao longo do País e com o palavreado de pressão parlamentar que derrubaremos a política dura e inflexível do governo ditatorial. Bolsonaro e seu grupo de militares farão de tudo para vencer a resistência das massas. Na campanha eleitoral, deixaram claro que se apoiarão na criminalização dos movimentos e na violenta perseguição política aos opositores, que de fato ameaçarem o governo com a força da ação direta da classe operária e demais explorados.

Esse “Dia Nacional de Luta” cumprirá seu papel, caso seja uma alavanca para impulsionar o movimento nacional e preparar as condições para retomada da greve geral de 28 de abril. Será uma alavanca se os sindicatos realizarem assembleias, elegerem comitês de base e promoverem uma ampla campanha de agitação nos locais de trabalho e nos bairros populares. Se assumirem a luta contra a reforma da previdência como parte da luta geral contra o governo ditatorial fascizante de Bolsonaro. Se dispuserem a soldar uma frente única de mobilização e organização nacional da maioria explorada.

TODA FORÇA À LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

TODO EMPENHO NO COMBATE À REFORMA TRABALHISTA, A TERCEIRIZAÇÃO E AS PRIVATIZAÇÕES!

TODA COESÃO OPERÁRIA E POPULAR NO COMBATE AO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA!

ABAIXO O GOVERNO FASCISTIZANTE DE BOLSONARO!



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

A primeira revolução socialista colocou a via da tomada do poder pelo proletariado e a abertura da transição do capitalismo para o socialismo. Este livro procura expressar os 100 anos da Revolução Russa sob a bandeira da IV Internacional e da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Dia da Consciência Negra**Tudo, menos consciência**

Mais um ano em que se perde o momento de luta. O movimento negro de classe média se mostra distante das massas negras pobres, miseráveis e famintas. Em vez de bandeiras de luta, cantorias, danças e exibições inofensivas aos racistas. Enquanto na cumeeira da elite burguesa, que é a Av. Paulista, se fazia a teatralização pseudo cultural sobre identidade negra, nas favelas, cortiços e bairros operários empobrecidos, passava em branco o dia da Consciência Negra.

Somente haverá uma verdadeira consciência negra quando for consciência de classe. Somente haverá uma luta séria e profunda contra a discriminação racial dos negros quando a classe operária tomar em suas mãos o combate à dominação burguesa sobre a maioria nacional oprimida. Enquanto prevalecer a política reformista da “reparação histórica” e das “ações afirmativas” sobre a luta de classes pelas reivindicações das massas negras, e pela transformação da propriedade privada dos meios de produção, não haverá a verdadeira consciência

negra, que é de classe.

As camadas mais exploradas e pisoteadas pela burguesia branca – discriminada principalmente pela classe média branca abastada – compreenderão a necessidade histórica de lutar contra as heranças da escravidão, partindo das condições concretas da escravidão assalariada. Necessitamos de constituir uma fração revolucionária de negros que, desde o seio do proletariado, supere o movimento negro de classe média, incapaz, impotente e conformado.

Está comprovado pela experiência que o programa burguês de reparação histórica não serve à tarefa de acabar com o racismo, acabando com o sistema capitalista de exploração do trabalho. O POR sempre esteve e estará presente no Dia da Consciência Negra, com o programa que une negros e brancos oprimidos, que é o programa da revolução proletária.

Abaixo publicamos no Manifesto distribuído.

Manifesto do dia da Consciência Negra

Os explorados têm pela frente o combate ao governo de Bolsonaro. Negros e brancos oprimidos pelo capitalismo devem se unir em um só movimento. Sob a política da classe operária, avançaremos a luta pela defesa da maioria nacional oprimida e contra todo tipo de discriminação.

Entra ano e sai ano, a opressão sobre as massas negras se agrava. Essa constatação indica que as ações por reformas democrático-populares têm fracassado. A sua base política, teórica e programática consiste no pressuposto da possibilidade do capitalismo e, portanto, da burguesia nacional, de realizar a “reparação histórica”. Em outras palavras, promover a igualdade racial. Sob o governo do PT, desenvolveu-se um movimento pela “reparação histórica”, que culminou com a elaboração, discussão e promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/julho de 2010. A Secretaria de Direitos Humanos, criada por Fernando Henrique Cardoso, em 1997, passou por reformulação no governo Lula e, finalmente, no de Dilma Rousseff se transformou em Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, em 2015. Foi extinto pela ditadura civil de Temer, em 2016. É bom ter claro que a política de “ações afirmativas”, que materializa a noção de “reparação histórica”, é anterior ao governo petista, mas é nele que se dá um caráter prático, com a criação de secretarias, conferências, conselho nacional e participação direta do movimento negro no Estado.

Tem-se como ponto de partida a Conferência Mundial, ocorrida na África do Sul, em 2001. Sob pressão dos Estados Unidos e de aliados, que não admitiam caracterizar o sionismo como racismo, os propósitos da ONU de realizar reformas de promoção da igualdade racial se esvaíram. A ideia de compensar a África pelo saque colonial escravista não passou de um propósito utópico. O que, de certa maneira, se passarão com os casos particulares, como o do Brasil, em que a escravidão negra constituiu a base da colonização e, portanto, de todo o processo econômico e social que conduziu ao capitalismo.

A situação de opressão sobre as massas negras brasileiras, em nenhum momento, sofreu uma mudança qualitativa. Foram e continuam sendo marcadas pela pobreza e miséria. Há

um reconhecimento geral de que as massas negras passaram do regime hediondo escravista para o capitalista, sem que fossem completamente abolidas as raízes da velha opressão. Na condição de escravos modernos, que caracteriza o sistema assalariado de exploração do trabalho, as massas negras continuaram pagando um tributo pela libertação realizada pelos próprios escravocratas transformados em capitalistas. Na transição, os ex-escravos foram preteridos pela imigração branca. Em certa medida, foram relegados como força de trabalho impulsionadora do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Constituíram um grande exército de mão-de-obra desqualificada e subempregada. Muito vagarosamente – embora a maioria esmagadora da população negra estivesse na origem do proletariado brasileiro – passou a ter participação no caminhar da industrialização do País.

A discriminação entre a força de trabalho de operários negros e brancos, existente até hoje, se encontra no escravismo e na forma social da transição ao capitalismo. A discriminação, portanto, está na estrutura da exploração capitalista do trabalho. Está no processo de criação da mais-valia e acumulação de capital. O fundo da discriminação burguesa entre trabalhador negro e branco é econômico. O que se reflete nas profissões, no acesso aos postos de trabalho, na qualificação, nos salários, no desemprego e subemprego e no nível de pobreza e miséria. A ideologia racial burguesa, discriminadora, se assenta na base material da divisão de classes e na composição histórica da força de trabalho.

O reformismo, certamente, está obrigado a reconhecer a discriminação econômica. As evidências estão à luz do dia. Mas faz uma inversão. Entende que o racismo ideológico condiciona a vida social da população negra. De maneira que existiriam duas formas de opressão: a de classe e a de raça. Estabelecida essa distinção estrutural, manejam-se argumentos em torno da relação

entre raça e classe. Uma das teses é a de que são duas formas de opressão distintas, porém interligadas. Admitindo que haja um paralelismo, têm-se uma política específica à opressão racial, portanto, não determinada pela situação de classe das massas negras.

Não por acaso, o movimento voltado à “reparação histórica”, à “promoção de igualdade racial” e às “ações afirmativas”, impulsionado, principalmente, pelo reformismo petista e seguido pelas correntes de esquerda, corresponde à pseudo teoria de que a discriminação racial não é de classe, o que quer dizer que é regida por leis próprias. Por ter uma dinâmica própria, paralela à opressão de classe, é possível combater a discriminação e a ideologia racial, nos marcos do capitalismo. Três ações fundamentais constituiriam as “ações afirmativas”: prevenção, educação e punição. O Estado burguês, assim, deveria se encarregar da tarefa histórica de eliminação da discriminação racial.

O Estatuto da Igualdade Racial representou o passo mais significativo no reconhecimento estatal de que a discriminação é generalizada. No entanto, as medidas práticas em nada alteraram essa realidade. Dirigiram-se quase por inteiro a uma pequena camada de classe média negra, que se expandiu no último período. A mais visível foi a política de cotas, cuja maior repercussão se deu no acesso ao ensino superior. O racismo mais aberto, por sua vez, se recolheu em formas mais ocultas. Em parte, isso se deve às críticas voltadas a demolir as teses raciais e, sobretudo, à criminalização do agressor branco, flagrado em manifestação discriminadora. Ao acobertar o racismo, estendeu-se um manto de hipocrisia, que, de fato, serviu e serve para ocultar a raiz econômica, de classe, do fenômeno. Em outras palavras, o velho pressuposto da superioridade da raça branca sobrevive no dia-a-dia da vida social, sem precisar se justificar com a falsa doutrina racista do século XIX.

A discriminação dos negros, não apenas se conserva, como se agrava, em termos relativos. Somente a uma camada da classe média, observa-se algum progresso material e cultural. Mesmo assim, continua padecendo da diferenciação. É diante do que se passa com as vastas camadas pobres e miseráveis que se expõem a olhos vistos as raízes históricas do proletariado negro e a brutal carga de exploração que chega até nossos dias. Recebem os salários mais baixos, suportam as mais altas taxas de desemprego e subemprego, são os mais atingidos pela baixa escolaridade e pelo analfabetismo, sofrem com as precárias condições de habitação e saúde.

Em novembro do ano passado, sob auspício da ONU, que é um organismo controlado pelas potências colonialistas e imperialistas, realizou-se a campanha “Vidas Negras”. Momento em que se publicaram resultados de pesquisas sobre a violência sofrida pelas massas negras. Não é preciso reproduzir os números em toda a sua extensão. Basta a demonstração de que, a cada 30 mil assassinatos, 23 mil são de jovens negros; mais de 60% dos presos que superlotam as penitenciárias e cadeias são negros. Observam-se atitudes diferentes entre a população, ao reagir diante do assassinato de um jovem, caso seja branco ou negro. O estigma de que o negro é propenso ao crime é disseminado. Para isso, desvincula-se a incidência da criminalidade das bárbaras condições em que o capitalismo, a burguesia e seu Estado impõem às massas negras, que formam a maioria da população.

Não é preciso insistir sobre a gravidade das condições sociais das mulheres negras. O que padecem é indescritível.

O Estatuto da Igualdade Racial, as boas intenções sobre as reparações históricas e as ações afirmativas, inevitavelmente, naufragam nesse mar revolto de exploração, de pobreza, de miséria e de violência de classe, que recaem mais pesadamente sobre a maioria negra. Não tiveram e não têm como dar um salto qualitativo, no objetivo anunciado de arrefecimento da discriminação burguesa sobre os explorados negros, e de superação da discriminação racial. Não se pode ignorar que à classe burguesa em geral e ao próprio imperialismo seria positivo incorporar a gigantesca massa negra à força de trabalho ativa e ao mercado consumidor, para impulsionar as forças produtivas e dinamizar seus capitais. Recordemos que o esgotamento da economia colonial e a liquidação das relações escravistas foram decorrências dessa necessidade. Na época de desintegração mundial do capitalismo, já não é possível reformas estruturais que arranquem as massas negras da profunda e ampla pobreza e miséria.

Não estamos isentos, por isso, da luta por reformas. O objetivo de acabar com a discriminação e alcançar a igualdade entre negros e brancos é parte das tarefas democráticas não realizadas pelo capitalismo. A burguesia nacional não tem como cumpri-las. O máximo que pôde fazer foi criar uma camada de classe média negra, que vive em melhores condições que a maioria, e tem como recorrer ao ordenamento jurídico quando flagrantemente discriminada. *A defesa da igualdade salarial, do salário mínimo vital, da escala móvel das horas de trabalho (pleno emprego), da total alfabetização, do acesso a todos os níveis da educação, do fim da violência policial, da proteção à maternidade, do direito à aposentadoria etc., bem como pela defesa do fim de toda discriminação ideológica e cultural, se dá no interior do capitalismo. Não obstante, esse programa de reivindicações se volta contra a dominação da burguesia sobre o proletariado e os demais explorados. Para isso, é imprescindível unir pretos e brancos explorados em um só movimento pelo programa proletário de emancipação.*

Vimos que o golpe de Estado e a instalação da ditadura civil de Temer se voltaram contra as massas, em particular, contra as camadas mais pobres e miseráveis da população negra. A reforma trabalhista, sem dúvida, atinge indistintamente todos os assalariados, mas principalmente os milhões de proletários negros. Agora, estamos diante do governo ditatorial de Bolsonaro. Novos ataques estão sendo preparados – o mais emergencial para o capital financeiro e para os parasitas da dívida pública é a reforma da previdência.

Esta manifestação do dia da Consciência Negra está obrigada a levantar a bandeira de “*Abaixo a ditadura fascistizante de Bolsonaro!*” “*Fora a reforma da previdência!*” “*Em defesa das conquistas do movimento negro!*”, “*Fim de toda discriminação racial!*”

Nossa luta estratégica pela abolição de toda discriminação corresponde ao programa da revolução e ditadura proletárias! Corresponde à conquista de um governo operário e camponês e à expropriação revolucionária da grande propriedade privada dos meios de produção.



Curso de Formação Política na UFPE: Marxismo e a questão racial; e balanço das eleições

No dia 17 de novembro, realizamos o curso de formação política mensal do POR na UFPE, sobre as raízes históricas da opressão ao negro no Brasil e o balanço das eleições. Com participação de militantes de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, e de contatos, o estudo foi feito coletivamente. Nosso curso ocorreu em um momento de maior ataque aos direitos trabalhistas, pelo governo de ditadura civil de Temer e de continuidade com a eleição do fascista Bolsonaro, o que atinge diretamente a maioria dos negros que compõe a massa de explorados no Brasil.

Inicialmente, foram lidos extratos, preparados a partir do folheto “A formação do capitalismo no Brasil e as premissas da revolução proletária”. Eis uma síntese: O racismo no Brasil tem suas raízes na escravidão, que serviu para acúmulo primitivo de capital na Europa. Os negros não foram passivos, a resistência individual, com assassinatos de seus senhores, suicídios e fugas avançou para um caráter coletivo, sob a formação dos quilombos. A classe operária nascente também fez a defesa do fim do trabalho escravo, mas, a abolição não se deu por uma insurreição dos negros. A abolição no Brasil se deu por necessidades econômicas do sistema capitalista. A base de exploração do sistema capitalista é a exploração do trabalho assalariado.

A Inglaterra, que inicialmente dominava o tráfico de escravos, com o desenvolvimento das primeiras indústrias, passou a fazer campanha pela abolição. O fim da escravidão encontrou resistência dos latifundiários. Não havia um programa único em torno da emancipação dos negros, havia dois principais movimentos, o mais “moderado”, liderado por Joaquim Nabuco, e o mais “radicalizado” que tinha ex-escravos, como Luiz Gama. Joaquim Nabuco defendia a emancipação com indenização para os senhores de escravos, e tempo para permanecerem sob o domínio de seus senhores. Os mais radicalizados defendiam o fim da escravidão pela insurreição.

O avanço das relações capitalistas de produção, advindas com a indústria, forçou a emancipação dos negros por via pacífica, foi gradativo, por se chocar com a fração oligárquica escravista. Algumas leis expressavam a fração oligárquica contrária, como a Lei do Sexagenário, em que o escravo seria liberto aos 60 anos, sendo que a estimativa de vida não passava de 11 anos de trabalho na lavoura e 7 nas minas.

O fim da escravidão não garantiu o fim da opressão aos negros. Foram libertos, mas o trabalho na indústria exigia um grau de formação impossibilitado pela mutilação físico-mental, causada pela escravidão. Continuaram ocupando os postos de trabalho de maior exploração. Os ex-escravos se tornaram o exército potencial do proletariado brasileiro.

Após a discussão dos extratos, passamos à leitura do Manifesto do dia da Consciência Negra, de 2018, com o balanço das chamadas ações “afirmativas” e de “reparação histórica” e sua incapacidade de eliminar a raiz da opressão sobre o negro. Debateu-se a importância de não separar a opressão racial da opressão de classe. Não são distintas ou paralelas. A opressão sobre o negro é fruto da sociedade de classes, é uma das manifestações da opressão de classe.

Por isso, diante das medidas de Temer, de destruição das leis trabalhistas, e da eleição do governo de Bolsonaro, que tem

como missão imediata aprovar a reforma da Previdência, sob a qual milhões de trabalhadores, como os escravos, trabalharão até morrer, é necessário avançar na organização coletiva dos negros e brancos explorados. A força dos oprimidos está em sua unidade e independência de classe. A greve geral do dia 28 de abril de 2017 mostrou o caminho. É necessário retomar os comitês pela greve geral para enfrentar o governo ultradireitista de Bolsonaro. Toda opressão é manifestação da opressão capitalista. A emancipação de negros e brancos explorados virá do fim da sociedade capitalista e implantação das bases de uma nova sociedade, comunista.

Balanço das eleições

Na sequência, abrimos o segundo ponto. Um companheiro fez uma exposição sobre a análise do POR sobre a eleição de Jair Bolsonaro. Apresentamos aqui alguns pontos da discussão: essa eleição foi a mais antidemocrática após o fim da ditadura militar. Manteve a prisão de Lula e impediu sua candidatura, para impedir a volta do PT. Expressou a continuidade do golpe que destituiu o governo de Dilma-PT. O golpe foi dado para garantir a implantação das reformas antinacionais e antipopulares, e, para isso serviu o governo de ditadura civil de Temer. Mas, a crise econômica que eclodiu em 2008 ainda não foi superada, e a burguesia imperialista precisa garantir o avanço nos cortes de verbas e destruição de direitos, e o próximo passo é garantir a aprovação da reforma da Previdência.

Companheiros fizeram intervenções, mostrando que a direitização da política burguesa atingiu a todas as candidaturas e que corresponde à imposição do imperialismo de maior saque e destruição de direitos. Caracterizou-se que o governo Bolsonaro será uma ditadura policial, e que sua tendência fascizante dependerá da relação com o congresso corporativo e oligárquico, e com a luta de classes, para se materializar. Analisou-se o cenário de continuidade de crise econômica, indicando que a crise política não será estancada.

Militantes de outra organização, de raiz anarquista, estiveram presentes e manifestaram a importância do combate ao eleitoralismo, indicando acordo na crítica à canalização das lutas para o terreno jurídico-parlamentar. Apontamos, porém, que não somos abstencionistas por princípio, e que nosso chamado ao voto nulo é acompanhado da defesa da construção do Partido Operário Revolucionário. Um convidado comentou o clima asfíxiante do segundo turno, em que todos foram arrastados para votar em Haddad, questionou como foi sustentar essa posição, como foi materializada a tática. A militância presente ressaltou a importância de conquistar a independência de classe perante a burguesia, o preço do isolamento momentâneo, mas a necessidade de unir tática e estratégia.

Por fim, se constatou que os movimentos sociais e centrais sindicais devem organizar a luta em defesa dos direitos. Confiar na democracia burguesa, que só serve para arrastar os explorados atrás de eleições a cada 4 anos, só serve para consolidar o poder e ditadura da minoria burguesa. É urgente retomar os comitês de luta, com os métodos de organização e ação, próprios da classe operária – com greve geral, piquetes e manifestações massivas.

Manifesto da Corrente Proletária da Educação/POR Fora a Escola sem Partido!

Em defesa da liberdade de expressão e de ensino!

Pela autonomia universitária e dos demais níveis de ensino!

Pelo controle do sistema educacional por quem estuda e trabalha!

Que as direções estudantis e sindicais organizem o movimento nacional pela derrubada do projeto “Escola sem Partido”!

Estudantes, professores, funcionários e explorados em geral devem combater, terminantemente, o projeto “Escola sem Partido”. Em sua essência, não passa de um conjunto de pressões repressivas, que levam os estudantes e pais a delatarem os professores, considerados subversivos, perigosos à moral, à religião e à formação familiar.

O projeto em discussão na Comissão Especial da Câmara de Deputados é estranho e ofensivo ao processo de ensino. Não tem a ver com a real situação da educação. A ideia de que a escola foi partidária e que chegou a hora de despartidarizá-la não passa de uma cortina de fumaça para ocultar a pressão das igrejas, interessadas em aumentar sua influência no sistema educacional.

Nunca a religião admitiu a escola científica, portanto, laica. Uma das tarefas democráticas da revolução burguesa foi a de separar a igreja do Estado e da educação. Ocorre que a burguesia não teve e não tem como afastar completa e definitivamente o poder da igreja sobre a política de Estado e, portanto, do ensino. A burguesia permitiu e incentivou que a igreja católica mantivesse sua rede privada, embora perdesse o seu monopólio exercido sobre a educação no período colonial. Nas Constituições, a igreja usou o princípio da liberdade de religião para garantir seu sistema próprio de ensino e sua influência sobre o sistema público.

A penetração e o fortalecimento das várias nomenclaturas religiosas, oriundas do protestantismo, impulsionaram as disputas das igrejas pela arregimentação das massas e, assim, pela influência sobre a educação. Principalmente, na década de 70 – período da ditadura militar –, o denominado neopentecostalismo, encabeçado pela Igreja Universal, se potenciou como grande concorrente do catolicismo. Hoje, as igrejas evangélicas estão estruturadas em um grande aparato, controlando emisoras de rádio e TV. Constituíram uma frente parlamentar no Congresso Nacional. Tiveram um papel de primeira grandeza na eleição do ultradireitista Jair Bolsonaro.

O projeto “Escola sem Partido” foi gestado nas entranhas dos pentecostais e neopentecostais, embora contasse e conta com a participação dos setores mais reacionários da igreja católica. É imprescindível entender que essas variantes do protestantismo têm suas raízes nos Estados Unidos. A teologia da “prosperidade” expressa a ação dessas igrejas no seio da classe média, e daí entre as camadas mais empobrecidas norte-americanas. A sua extensão para países atrasados e semicoloniais, como o Brasil, é parte do movimento de domínio imperialista, dirigido pela potência norte-americana.

O desmonte da teologia da libertação, que foi uma tentativa de aclimatar a igreja católica nas condições sociais da América Latina, representou a vitória da sua hierarquia medieval e colonialista. É bem provável que a repressão à teologia da libertação favoreceu o avanço dos pentecostais, que tomaram a frente do movimento obscurantista em torno aos denominados valores cristãos, morais e comportamentais. Não por acaso, uma das bandeiras dos defensores da “Escola sem Partido” é

a de varrer Paulo Freire da educação. Isso por que foi assumido pelos governos do PT, intelectuais, correntes de esquerda e sindicatos de professores.

A denúncia de partidização da escola está voltada, em primeiro lugar, à política reformista do PT e aliados. O fato de seus governos abrirem caminho e alimentarem discussões sobre as opressões sociais (racial, mulher, homossexuais, etc.) e promoverem as chamadas “ações afirmativas” foi gestando uma radical oposição dos evangélicos, principalmente. O governo petista nunca se pronunciou pelo direito ao aborto. Mas, bastou favorecer a discussão dessa questão para ser acusado de “abortista”. A colocação dos direitos civis e o enfrentamento à violência contra os homossexuais também provocaram uma grande tempestade. Chegou-se ao absurdo de considerar a discussão nas escolas em torno da teoria acadêmica dos “gêneros” como perigosa influência negativa sobre o desenvolvimento sexual das crianças. É exemplificativo o ignóbil uso do que se denominou “kit gay” nas eleições, para difamar o PT e seu candidato Haddad.

De absurdo em absurdo, os partidários da “Escola sem Partido” atribuem como causa principal da crise da educação a partidização do ensino, responsabilizada por desviar o foco da aprendizagem para temas como os de “gênero”, raça, homofobia, etc. Bolsonaro e a frente parlamentar evangélica prometem limpar as escolas do que chamam de “ideologização”, como se os dogmas religiosos não fizessem parte da ideologia, mais precisamente, da ideologia da classe dominante. O pressuposto de que cabe somente à família ministrar a educação sexual e moral dos filhos tem por trás o pressuposto de que a educação da família é dada pela religião. Apregoa-se o monopólio da família que, por sua vez, responde ao monopólio da igreja. A educação não pode, portanto, interferir e romper esse monopólio. O melhor dos mundos seria o caso da educação também se colocar sob esse monopólio. Evidentemente, as contradições da sociedade de classes e o próprio desenvolvimento social não permitem que se chegue a esse ponto.

O caráter autoritário das igrejas diante de tais contradições e conflitos se manifesta na forma como se concebe o monstruoso projeto “Escola sem Partido”. Ou seja, na diretriz que legisla a delação feita pelo estudante ou familiares e a punição do professor que infringe as normas estipuladas pela religião e pela política fascizante. A caracterização feita pelo movimento dos professores e estudantes, de que estamos diante de uma espécie de macarthismo, é correta. Caso o projeto de lei seja aprovado e aplicado, estarão instaurados a censura prévia, o temor, a desconfiança, a perseguição e a mutilação do trabalho docente.

Antes mesmo de se tornar lei, as delações já começaram. Em Santa Catarina, a deputada bolsonarista, Ana Caroline Campagnolo, se utilizou das redes sociais para exortar os alunos a denunciar seus professores. Na Universidade Federal de Pernambuco, circulou uma lista de nomes de professores qualificados de doutrinadores. Inúmeros outros casos ocorreram

em outras universidades e escolas de ensino médio. Em pleno processo eleitoral, juízes mancomunados com a candidatura de Bolsonaro autorizaram a polícia a intervir nas universidades para impedir reuniões, aulas, manifestações e retirar faixas de protestos contra o fascismo. Nesse contexto, chamou atenção a autorização dada pelo MEC para que o Partido Republicano Brasileiro (PRB) – braço político da Igreja Universal – criasse uma faculdade. A Faculdade Republicana Brasileira é a primeira desse gênero, pertencente a um partido.

Bastou a vitória de Bolsonaro para que os seus asseclas acionassem a Comissão Especial da Câmara dos Deputados para encaminhar o projeto “Escola sem Partido”. As duas tentativas de votação fracassaram. No entanto, os bolsonaristas não descansarão enquanto não tramitar o projeto.

O que há de mais grave é a paralisia do movimento estudantil e dos professores diante de tamanho ataque. Não se trata tão somente de descrença sobre as possibilidades reais de um duro golpe sobre a educação, nem da enorme despolitização da juventude, mas, fundamentalmente, da passividade das direções que controlam os DCEs, UNE, UBES e sindicatos. Tais direções são do PT, PCdoB, PSOL e PSTU, principalmente.

Ao invés de promoção/prova, aumento de salário a todos os funcionários

A direção do sindicato da AFUSE comunica aos funcionários de escola a política do governo de “Promoção/prova”. Como se vê, a direção do sindicato já não luta pelo aumento de salário a todos. Já não defende os interesses gerais dos funcionários. Ao contrário, faz campanha para que o funcionário (individualmente) se inscreva para se submeter à avaliação do governo. Quer que o funcionário concorra com seus colegas para ver quem terá o direito ao reajuste, caso seja aprovado na prova de mérito. Portanto, divide os funcionários entre os que são aprovados, os que se recusam a fazer a prova e os que são reprovados.

O governo atua para dividir os trabalhadores da educação. Para chegar ao posto de trabalho, o funcionário fez o concurso, foi submetido a uma perícia médica e passou por três anos de estágio probatório. Agora, quer que se submeta à prova de mérito para ter direito ao reajuste salarial. Isso para trabalhar em condições extremamente precárias e ganhar um salário de fome. Mais ainda: o governo, ao invés de contratar novos funcionários, amplia a terceirização. Hoje, há funcionários concursados e funcionários terceirizados. Lembremos, os terceirizados recebem menos, têm menos direitos e sofrem com a rotatividade no trabalho. O grave dessa situação é que a burocracia do sindicato não move uma palha na defesa da reposição salarial, dos funcionários concursados e no combate à terceirização.

Não se trata de desconhecer as ações isoladas nesta ou naquela universidade. O problema está na ausência de um movimento nacional pela derrubada do projeto “Escola sem Partido”.

O imobilismo das direções representa a renúncia à luta pelas liberdades democráticas, pela liberdade de expressão e ensino, pela autonomia da universidade, pela escola científica e pelo fim de qualquer ingerência do Estado, Justiça e polícia nas escolas. Ao não lutarem sequer por reivindicações democráticas no interior do capitalismo em decomposição, tais direções capitulam diante do avanço das tendências ultradireitistas e fascizantes da burguesia. Nas eleições, disseram para as massas que, votando no candidato do PT, se estava combatendo o perigo fascista. Após as eleições, nada fizeram para afastar o perigo fascista da “Escola sem Partido”.

A Corrente Proletária da Educação, vinculada ao Partido Operário Revolucionário, defende: 1) que as direções estudantis e sindicais convoquem assembleias; 2) que organizem a campanha nacional pela derrubada do projeto “Escola sem Partido”; 3) preparar a resistência contra as delações e as perseguições políticas.

19 de novembro de 2018

Insistimos em dizer que é preciso um reajuste salarial, que reponha as perdas salariais para todos. O funcionário não pode cair no canto da sereia do governo que impõe a prova de mérito. Deve levantar a bandeira de trabalho igual, salário igual, porque permite unir todos os funcionários. Mas, é preciso defender os terceirizados, exigindo que sejam efetivados com os mesmos direitos dos concursados.

O papel do sindicato é organizar a luta e defender os interesses gerais da classe. No entanto, a direção da Afuse, há 18 anos, não convoca as assembleias gerais. Quer que os funcionários acreditem que sem luta é possível conquistar as reivindicações. Essa direção está acomodada e não vive mais do salário de um funcionário. Por isso, não sabe o que é trabalhar como escravos em escolas onde falta tudo.

Está mais do que na hora de constituir uma oposição classista, capaz de organizar os funcionários e os terceirizados para lutar por melhores condições de salário, emprego e pelos direitos. É preciso, também, ter claro que logo virá a reforma da Previdência, que dificultará ainda mais se alcançar a aposentadoria. Uma direção classista, que tenha em seu programa a defesa da democracia sindical, das assembleias gerais, dos congressos de luta e da unidade com os demais explorados para combater as reformas antinacionais e antipopulares, que vêm sendo impostas aos trabalhadores.



Implantação do ensino a distância na educação básica

Bolsonaristas apoiam a ofensiva de Temer

O ministro da Educação do governo Temer, Rossieli Soares, recebeu de braços abertos os bolsonaristas no MEC. Rossieli mostrou os passos já dados rumo à implantação da reforma do ensino médio, e os que deverão ser concluídos até o final do ano. Entre as medidas que compõem a reforma do ensino médio, o ministro expôs os objetivos das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e o estágio em que se encontra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Deixou claro que cabe ao novo governo concluir a reforma. Bolsonaro, por sua vez, tem como plano de governo o ensino a distância na educação básica, como propagandeou durante a campanha eleitoral.

Qual a essência dessas duas medidas?

As Diretrizes Curriculares trazem um conjunto de regras para a implementação da reforma do ensino médio. Tinham sido aprovadas no início de novembro pela Câmara de Educação Básica, que compõe o Conselho Nacional de Educação, e foram homologadas no dia 20, como cartão de visita para os bolsonaristas. Essas diretrizes visam a amparar legalmente os estados, a partir do próximo ano, na aplicação da reforma. Trata-se, portanto, de um suporte para a adoção da BNCC, que prevê uma parte flexibilizada do currículo, que recebe o pomposo nome de “itinerários formativos”. Alicerçam as mudanças curriculares e dão aos estados condições de viabilizarem as mudanças no ensino médio. No linguajar dos acadêmicos do MEC, as Diretrizes estão voltadas à “oferta” do ensino médio, enquanto a BNCC se refere às “competências, habilidades e conteúdo”.

O ponto central está em que institui o ensino a distância na educação básica. A reforma previa a adoção dessa modalidade de ensino, e coube às Diretrizes determinar que 20% do ensino médio diurno, 30% do ensino noturno e até 80% da Educação de Jovens e Adultos deverão ser do tipo não-presencial. As aulas a distância serão preferencialmente na parte flexibilizada do currículo (“itinerários formativos”). No entanto, enfatiza que também poderá ser aplicado na parte comum.

O governo e seu ministro aproveitaram o momento de passividade das direções sindicais e estudantis para impor uma antiga exigência dos capitalistas da educação. Isso por que, em palavras, havia uma voz comum que unia uma camada de acadêmicos e direções sindicais, contrários a essa modalidade, principalmente nessa etapa da educação básica. Com o argumento de que os jovens que cursam o período noturno têm dificuldades para chegar no horário, e que 70 milhões de pessoas não conseguiram terminar o ensino médio, o ensino a distância resolveria esse grave problema. Para o governo e ministro, essa modalidade pode ser uma “ferramenta”.

No caso da BNCC, Rossieli quer aprová-la antes de passar o bastão para Bolsonaro. Mas, dá um prazo de 2 anos para os estados e suas redes (públicas e privadas) implantarem e, assim, servirem para as provas do Enem. Por meio das Diretrizes e da BNCC, ficam determinadas a flexibilização do currículo,

as parcerias privadas, a eliminação de disciplinas hoje obrigatórias (a exemplo da filosofia e sociologia), a adoção da pseudo formação técnica com certificação, aproveitamento de disciplinas e atividades em outras instituições, tanto para a base comum como para os “itinerários formativos”, e a contratação de professores com “notório saber”, portanto sem diploma para ministrar aulas.

Passividade das direções sindicais e estudantis

Não basta bater o pé e gritar que é contra a reforma do ensino médio, as Diretrizes e a BNCC. Não basta a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) tipificar tais medidas como “aberração”. E não basta dizer que Bolsonaro, como diz a CUT, “quer um ensino sem escola, sem professor e sem merenda”.

Eis a resposta do dirigente da CNTE: “vamos estudar a possibilidade de barrar essa aberração na Justiça”, referindo-se ao ensino a distância. Ao invés de mobilizar os milhões de professores e estudantes, insiste na via da judicialização. Como se o judiciário fosse contrário à reforma do ensino médio e suas medidas para implantação (BNCC e Diretrizes Curriculares). As direções sindicais e estudantis, há muito, vêm abandonando o método do enfrentamento aos governos, substituindo-o pelas tais pressões parlamentares e pelas ações judiciais. O que tem servido para desmoralizar o movimento e aumentar o descrédito de professores e estudantes para com suas entidades de classe. Temer e Bolsonaro contam com a passividade das direções dos movimentos.

Os capitalistas estão de olho nessa fatia do mercado (vender serviços por meio do ensino a distância, impor parcerias com os estados, etc.). Sabem que 85% dos estudantes da educação básica está nas redes públicas, federais, estaduais e municipais. Essa tríade, Temer, Bolsonaro e burguesia – está com as mãos livres para fazer valer a reforma do ensino médio, porque não há resistência. Lembremos que a resistência dos estudantes e professores, que levou às ocupações de escolas por todo o País, foi quebrada por suas direções, que recorreram à via de pressão ao Congresso Nacional.

Posição da Corrente Proletária

Diante da imposição da reforma do ensino médio e as medidas para sua implantação, a Corrente Proletária defende: 1) que os sindicatos e as entidades do movimento estudantil convoquem assembleias para aprovar o caminho da resistência com luta, portanto, rechaçar a via parlamentar e judicial das direções; 2) que as centrais sindicais e a CNTE organizem uma campanha nacional junto às massas exploradas para denunciar a privatização e o desmonte do ensino médio público; 3) que o combate à reforma do ensino médio seja parte da luta para derrotar as reformas antinacionais e antipopulares; 4) que se levante a bandeira do ensino público, gratuito, laico em todos os níveis, sob o controle de quem estuda e trabalha; 5) que seja parte dessa campanha a defesa da juventude, por meio da reivindicação emprego e escola a todos os jovens (4 horas na produção e 4 horas para os estudos).

Lançamento da Revista Proletária da Educação em Pernambuco

No dia 16 de outubro, agregamos militantes de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, além de convidados, para o lançamento da oitava revista da Corrente Proletária da Educação. A apresentação foi feita por dois companheiros. O primeiro destacou a crise da educação, suas manifestações atuais no Brasil, intensificadas com as reformas antinacionais e antipopulares da ditadura civil de Temer. Apresentou a crítica ao ensino de tempo integral, com suas características excludentes e discriminadoras. Além disso, mostrou que a explicação da crise da educação não é de gestão ou por culpa dos professores, como a burguesia gosta de propagar. Nem mesmo se origina da falta de financiamento, como se limitam a denunciar os reformistas. Sua raiz está na separação entre a teoria e a prática, fruto da divisão social do trabalho. Unir a escola à produção social é uma bandeira erguida hoje, mas que para se efetivar terá de ser imposta revolucionariamente, como parte da expropriação da burguesia.

A segunda exposição tratou do avanço da privatização na Educação básica, mas enfatizou o crescente reacionarismo e a ameaça da aprovação da Escola Sem Partido. Apontou as raízes da direitização da política burguesa, como parte dos efeitos da crise econômica mundial. Indicou como se pretende instituir uma escola da delação voltada, sobretudo, a silenciar a vanguarda de trabalhadores da educação que se levantam contra os ataques às condições de vida, trabalho e estudo. Mostrou a ofensiva das igrejas para subordinar ainda mais as escolas a sua influência, processo que vai

muito além da ideologia e passa por interesses muito concretos. As igrejas disputam a proteção do Estado para seus negócios, e avançam por meio de Organizações Sociais e outras entidades na concorrência pela gestão de políticas de saúde e educação.

Ao abrir para o plenário, um jovem militante trouxe o relato sobre a realidade do ensino de tempo integral no Ceará. Outro mostrou, no interior de Pernambuco, a dificuldade de conciliar o ensino decorativo com o trabalho pesado no campo, apontando a necessidade da luta pelo ensino vinculado à produção social, com a combinação de trabalho e estudo, com jornadas compatíveis à fase de formação do jovem, e com remuneração de acordo com suas necessidades.

Convidados se manifestaram, comentando a necessidade da organização e da luta e mostrando como a classe dominante pretende sufocar o movimento da juventude após os levantes de junho de 2013, do movimento contra a Copa e a onda de ocupações de escola.

Reafirmamos que a revista foi elaborada como ferramenta de luta na batalha ideológica contra a burguesia. Mostramos que é necessário um programa proletário para as lutas na educação e, mais do que isso, que é preciso propagandear entre a classe operária essas bandeiras democráticas, de universalização do ensino, de defesa de uma educação laica, que já não serão realizadas pela burguesia. A revista contribui com a propaganda da defesa de um único sistema de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

Lançamento da Revista Proletária da Educação em São Paulo

No dia 11 de novembro, a revista da Corrente Proletária da Educação foi apresentada à militância e convidados, seguida de um vivo debate sobre a luta em torno da educação diante dos ataques da ditadura civil de Temer, e das ameaças obscurantistas da Escola Sem Partido.

A primeira companheira a falar apresentou a revista como um todo, relacionando-a com a conjuntura política do pós-golpe à eleição de Bolsonaro. Mostrou o avanço da privatização da educação, agora de forma mais contundente na Educação Básica, com o novo marco estabelecido pela Reforma do Ensino Médio. Indicou o vínculo entre a crise econômica mundial, uma nova onda da luta de classes mundial, e a reação burguesa com a direitização da política e emergência de tendências fascizantes. Apontou que as lutas ocorridas não encontraram direções à altura, ante o cenário de estatização, burocratização e divisionismo no movimento estudantil, assim como no movimento sindical, camponês e popular. Apontou a necessidade de superar a crise de direção, reatando os laços da classe com a teoria revolucionária. A expositora recomendou a leitura dos textos de Marx, da Primeira Internacional, e de Trotsky, que expõem que a crise da educação tem sua raiz na divisão social do trabalho, e que será superada por meio da revolução socialista, capaz de transformar a propriedade privada em social, libertar as forças produtivas, e materializar a unidade entre a escola e a produção social, a teoria e a prática. A luta atual contra as medidas privatistas e obscurantistas é parte da necessidade de avançar para esse objetivo estratégico.

O debate foi aberto e vários companheiros se manifestaram, aprofundando pontos desenvolvidos na revista. Alguns presentes denunciaram as condições da educação em seus bairros, com o fechamento de turnos para que as escolas passem a ser de tempo integral. Convidados perguntaram como articular a luta no interior da escola existente com a defesa da revolução. Outros responderam que a constatação de que uma nova escola será fruto de uma

nova sociedade não pode levar à recusa em lutar contra os ataques ou até mesmo por reivindicações parciais. É por meio da luta concreta que os trabalhadores da educação, estudantes e explorados em geral farão sua experiência com as direções e métodos.

Foi dada grande ênfase à necessidade do combate ao Projeto Escola Sem Partido, que está tramitando no Congresso Nacional, com grandes chances de ser aprovado, com o fortalecimento da bancada evangélica, que está na base de apoio ao governo Bolsonaro, que ainda não foi empossado, mas, na prática, já começou a governar. Foi mostrado como as Igrejas disputam o controle ideológico das massas e buscam instrumentos legais para bloquear ainda mais a ciência e a crítica. Debateu-se que os jovens se revoltam não por um processo de doutrinação, mas por conta das contradições da sociedade de classes e da miséria, exploração, opressão e barbárie que estão presentes em seu cotidiano. Ainda assim, se destacou a importância da vanguarda de professores, que se levanta contra a destruição da escola e protagoniza as greves e movimentos. Mesmo sendo uma ala minoritária na escola, é quem impulsiona as lutas. Por conta disso, os governos, sabendo que têm pela frente novos e mais profundos ataques, querem silenciar os lutadores. A aprovação desse projeto obscurantista, com seu estímulo à delação e sua ameaça de prisões, multas e demissões, será um instrumento nas mãos da burguesia para criar obstáculos às lutas. Para impedir a marcha fascizante do projeto Escola Sem Partido será necessário recorrer aos métodos de ação direta. Concluiu-se que esse tema não é de interesse apenas da comunidade escolar, deve ser levado à classe operária. A destruição da educação mostra a decomposição do capitalismo. É o proletariado a classe que pode por fim a todas essas mazelas. Para isso, precisa erguer seu partido. As lutas por um único sistema de ensino público, gratuito, vinculado à produção social, e controlado pelos que estudam e trabalham, são parte dessa construção.

Nesta edição:

- Bolívia: A questão da crise de direção revolucionária no Brasil
- Argentina: Fora o G20!
- 100 anos do fim da Primeira Guerra Mundial
- Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Sobre a contribuição do POR da Bolívia em torno à tarefa de superar a crise de direção

Abaixo, publicamos o artigo do POR boliviano, sobre a tarefa de superar a crise de direção no Brasil. De fato, no IV Congresso do Comitê de Enlace, realizado em setembro, discutiu-se o informe da seção brasileira, no qual mostramos uma contradição entre o desenvolvimento da linha política, como expressão do programa, e as dificuldades de ampliar os quadros partidários no seio do proletariado.

Entendemos ser importante a avaliação crítica das posições do POR brasileiro. Sem essa avaliação, pode-se perder a concretude da discussão sobre os passos necessários para desenvolver a luta do marxismo-leninismo-trotskismo pela superação da crise de direção, que é de ordem internacional.

Quanto à referência feita ao centrismo no Brasil, o fundamental está em que expressa a ausência do programa. Recentemente, o PSTU reconheceu que é preciso elaborar o programa, o que é um fato extraordinário. Poderemos discutir com os morenistas os fundamentos apresentados. De início, observamos que suas Teses Programáticas (“O Brasil Precisa de uma Revolução Socialista”) não contêm a estratégia da ditadura do proletariado e, portanto, carece de teoria marxista da revolução proletária.

Achamos correta a avaliação de que atravessamos uma nova conjuntura política, marcada pelo esgotamento histórico do PT e pela impotência do centrismo, que se divide em inúmeras correntes, grande parte delas revisionistas do trotskismo. É preciso, no entanto, assinalar a linha do POR e a tática aplicada nas eleições de outubro, que culminaram com a ascensão da ultradireita no poder do Estado. Essa avaliação é obrigatória.

Outro aspecto de interesse teórico e prático é o da conceituação de partido embrionário. A noção de embrião, que vem da biologia, deve ser utilizada no seu sentido geral. Como organização

do proletariado, o POR nasceu com a compreensão de que resultava da crise de direção mundial, cuja expressão nacional deveria ser compreendida como parte do fracasso da tentativa de se pôr em pé uma seção da IV Internacional, nos anos de 1930. Esse fracasso, em linhas gerais, se deveu a que o embrião da Oposição de Esquerda no Brasil não conseguiu se transformar em programa. Acreditamos que, baseados nessa experiência, demos um passo à frente.

O período inicial de nossa organização se caracterizou pela escassa relação com a classe operária. Hoje, o POR é um embrião que se desenvolve no seio da luta de classes, responde às necessidades dos explorados e luta para penetrar mais fundo na classe operária. É realizando a experiência concreta do trabalho político sobre o proletariado e demais camadas dos explorados que verificamos as dificuldades próprias do seu atraso histórico e dos obstáculos edificados pelo reformismo e pelo centrismo.

Queremos dizer que passamos por várias etapas de desenvolvimento. Todas elas estiveram vinculadas ao trabalho internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Nesse ponto, estamos obrigados a reconhecer a influência decisiva do POR da Bolívia, sob a direção de Guillermo Lora, para nos armar como partido-programa. O que nos possibilitou elaborar um programa internacionalista para a revolução proletária no Brasil. Aqui chegamos a um ponto fundamental. O esforço concentrado para reconstruir o partido mundial da revolução socialista é parte da tarefa de superar a crise de direção no Brasil. O gigantesco retrocesso causado pelo estalinismo e pelo processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, bem como o revisionismo nas fileiras da IV Internacional, também tem de ser considerado como fator determinante de nossas dificuldades internas.

A QUESTÃO DA CRISE DE DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL

A ameaça fascista que representa o governo de Bolsonaro, a traição do PT e a desorientação dos centristas são traços muito claros na situação política do Brasil, perceptíveis de fora e de dentro do País. É previsível que a situação política no Brasil tencionará ainda mais o proletariado.

A experiência nos ensinou que, normalmente, a classe rejeita a sua vanguarda, o partido. Somente em momentos de tensão e radicalização das bases em choque com as ameaças e políticas patronais, bem como com o Estado burguês, é que

a classe operária ouve com atenção a política revolucionária do partido. Tudo indica que esse período se abrirá ao proletariado brasileiro. Do curso dessa relação entre o partido e a classe, depende a solução do problema da direção revolucionária. Há 40 anos, durante o período de radicalização política da classe operária no Brasil enfrentando as ditaduras militares fascistas, foi o período que deu origem ao PT, que inicialmente expressou o impulso revolucionário do proletariado, mas que, devido à ausência de um programa revolucionário e de um nú-

cleo de militantes com a suficiente experiência e formação para expressar e desenvolver esse programa, o recém-nascido PT terminou mergulhado no reformismo burguês, da burocracia sindical e do colaboracionismo de classe. O PT, embora tenha nascido no seio do proletariado brasileiro, nunca chegou a ser um partido revolucionário.

O problema da crise de direção proletária se coloca no Brasil, hoje, sob novos termos.

Não se trata de repetir o lugar comum a todos os centristas, que dizem que o problema da crise de direção proletária no Brasil se deve à ausência do partido revolucionário e, portanto, a ausência do programa revolucionário. Este já existe como embrião no POR brasileiro, o que se prova a partir de tudo que foi dito, desenvolvido e atuado ao longo das últimas três décadas. O POR do Brasil é o único partido que elaborou a estratégia da revolução e ditadura do proletariado. Não se trata de uma repetição mecânica de alguma consigna dos clássicos do marxismo, mas da compreensão crítica da realidade nacional, à luz da aplicação do método do materialismo histórico, da teoria da revolução permanente e do Programa de Transição, de Trotsky. Trata-se do conhecimento das particularidades do Brasil, que alcançou um alto desenvolvimento industrial, devido ao investimento estrangeiro, mantendo, todavia, a sua condição de país capitalista atrasado de economia combinada.

O problema da direção revolucionária se resume em como conseguir que esse embrião de partido penetre na classe, em uma conjuntura política que indica ser favorável para ele, dada a bancarrota política do PT e a desorientação dos centristas.

Não é suficiente, mas significa um gigantesco passo, ter conseguido desenvolver um programa e uma política acertada. Isso deve corresponder com o aperfeiçoamento dos métodos

Argentina

Fora o G20!

No G20, não estão representados os povos, senão os governos dos países mais poderosos. Eles representam as guerras, a fome, mais de duzentos milhões de desempregados, duzentos quarenta e cinco milhões de migrantes, a crescente precarização das condições de trabalho, a destruição massiva de forças produtivas. Eles representam o poder que é preciso destruir para reorganizar a sociedade sobre outras bases.

Essa reunião tem uma importância especial, porque se realiza na Argentina, e dela participarão os chefes dos governos mais poderosos do mundo, responsáveis pela opressão da enorme maioria de países e de milhões de pessoas. São a representação política do imperialismo, da decadência e podridão dessa sociedade, das guerras, da mortandade, da fome, das migrações e do desemprego, e também do enriquecimento crescente de uma pequena minoria. Por isso, nosso repúdio e de todo o povo a esses bandidos.

O G20 é um fórum internacional, composto pela União Europeia e 19 países: Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, África do Sul e Turquia.

Como dizemos: um pequeno grupo de países imperialistas, que oprime o mundo todo e alguns outros que eles consideram "em desenvolvimento".

Qual a função? Mostrar hipocritamente uma convivência,

de organização e agitação entre as bases operárias. Uma das questões centrais é compreender que os operários não são intelectuais, não são acadêmicos, daí que há uma vital importância desenvolver a linguagem e os métodos apropriados de capacitação no marxismo dos escassos contatos que se consiga estabelecer. Tem especial importância capacitar os militantes, para explicar de maneira simples a teoria marxista e o programa partidário, que são a expressão política do que existe como experiência elementar no operário, a partir do fato de que é uma força de trabalho não proprietária, que produz a mais-valia e verifica cotidianamente como esta é apropriada pelo capitalista de maneira privada, deixando a ele e a seus companheiros as migalhas, e que também percebe que a sua exploração será agravada pela ameaça evidente de uma eventual aplicação das políticas fascistas anunciadas por Bolsonaro.

Os elementos assim conquistados serão os portadores do programa e da política partidária para o seio da classe, fortalecida em consignas e uma plataforma concreta de reivindicações transitórias, que, no seu momento, trarão a resposta das massas às formulações partidárias, obrigando o seu ajuste. Quando as bases, tencionadas pela situação política, se apropriarem das consignas revolucionárias, e se lançarem a materializá-las pela via da mobilização e da ação direta, aflorará o instinto comunista da classe e sua criatividade política, de forma que o partido se verá potenciado, desde que consiga ajustar a sua política como expressão consciente da explosão do instinto comunista da classe. Terá assim ocorrido a fusão entre o instinto político e a política comunista consciente. O POR deixará assim de ser um embrião, uma promessa, uma possibilidade.

(Extraído do *Jornal Masas*, nº 2.565, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



enquanto desenvolvem uma guerra comercial entre eles, recomendando medidas que eles mesmos são incapazes de aplicar. Todos estão de acordo em descarregar o peso da crise sobre as massas, principalmente as das semicolônias.

Originalmente, em 1999, era integrado pelos ministros das finanças e presidentes dos bancos centrais dos países convocados por iniciativa do G7 (o grupo de nações mais poderosas). A

gravidade da crise de 2008 a transformou também num encontro de presidentes e chefes de governos. Esses países representam 85% do PIB mundial, 75% do comércio e 66% da população do planeta.

A presidência muda todo ano. A Argentina a ocupou este ano, sucedendo a Alemanha, e passando-a ao Japão. Define que país organiza cada reunião anual e os debates dos diversos assuntos.

Pertencer ao G20 exige das semicolônias cumprirem exigências, como por exemplo, que todos os países sancionem uma lei antiterrorismo na forma recomendada pelo G20 e pelo GAFI (Grupo e Ação Financeira Internacional), sobre lavagem de dinheiro. O governo kirchnerista acatou essas recomendações.

Vejamos suas últimas recomendações:

Na reunião de Hamburgo, em 2017, os líderes decidiram “limitar o protecionismo, comprometer-se com um sistema de comércio internacional regulado, e favorecer políticas que distribuam os benefícios da globalização”. Podemos comprovar que as potências vão no sentido exatamente oposto a essas recomendações, e que só se aplicam nos nossos países, enfraquecendo ainda mais nossas economias.

Na reunião de Hangzhou, em 2016, resolveram expandir o G20 para estabelecer “uma maior cooperação global na luta contra a sonegação de impostos” (paraísos fiscais). Já na reunião de 2009, voltou-se aos paraísos fiscais e medidas para limitar sua existência. Pelo contrário, as proteções fiscais se reforçaram e todas estão vinculadas com os centros financeiros do imperialismo.

Também acertaram uma agenda sobre “mudança climática”, que é sabotada abertamente pelos Estados Unidos, assim como a reforma do sistema financeiro mundial, colocada em Washington, em 2008.

Esses países poderosos integram a diretoria executiva do

FMI, onde seus votos pesam mais, entre eles, Estados Unidos, Japão, China, Alemanha, Canadá, França, Grã Bretanha e Itália. O novo acordo da Argentina com o FMI foi aprovado porque esses países centrais prestaram apoio político ao acordo, principalmente Trump, dos Estados Unidos. Eles impõem as condições do ajuste, provocando um sacrifício extraordinário dos povos, para garantir o pagamento da dívida externa e evitar a quebra. Eles representam a opressão sobre nosso país, são nossos verdugos.

O G20 demonstrará, mais uma vez, sua incapacidade para resolver a crise econômica gigantesca, que se prolonga por mais de dez anos, que se espalha e aprofunda. Esse G20 mostrará uma nova etapa da crise, o fracasso de todas as medidas adotadas para sair da crise, a quebra do processo de “globalização” e “cooperação multilateral”, o estancamento do comércio mundial, o crescente protecionismo e a guerra comercial. Um processo de ruptura e choque. O G20 não tem como harmonizar os conflitos em curso, nem as guerras.

Repudiamos toda a farsa do G20, utilizado como pretexto para militarizar o país, supostamente para proteger os líderes mundiais. **Repudiamos e rechaçamos a presença dos donos do mundo.** São os responsáveis, com suas políticas, do apodrecimento capitalista que empurra à humanidade mais e mais à barbárie.

Denunciamos sua presença e nos mobilizamos para mostrar que as aspirações mais elementares das massas do mundo inteiro se chocam com suas políticas. A mobilização e os atos contra o G20 deveriam ser encabeçados pelas centrais sindicais, sindicatos, organismos de direitos humanos, centros estudantis, movimentos sociais, para intervir conjuntamente, em nome de todos os oprimidos do mundo esmagados pelo imperialismo.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina, de novembro de 2018)

100 anos do fim da Primeira Guerra Mundial

Fracassam os festejos do imperialismo

O governo francês se esmerou em tornar o dia 11 de novembro num grande festejo pela paz. Além da comemoração no Arco do Triunfo, com a presença de cerca de 80 chefes de Estado e de governo, preparou o primeiro Fórum sobre a Paz. Donald Trump, figura principal dos festejos, se encarregou de pôr abaixo os propósitos da França e Alemanha. Manteve-se de corpo presente na cerimônia e se negou a participar do Fórum. O que era para ser uma triunfal projeção de Emmanuel Macron resultou em uma humilhação da França. O chefe de Estado francês escolheu uma má hora para inflar a bandeira de uma Europa ocidental armada pelos próprios europeus. Trump pisou no solo francês dizendo que, antes da Europa construir sua própria força militar, era preciso que, primeiro, pagasse o percentual correto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Não fez senão jogar na cara da burguesia europeia que os norte-americanos subsidiavam a segurança dos associados, como se isso não fosse do próprio interesse dos Estados Unidos. Macron se recolheu, reconhecendo que os países europeus precisam aumentar sua cota de participação no financiamento da OTAN, que prevê 2% do PIB de cada um dos Estados. A China e a Rússia foram indicadas como os principais perigos, razão pela qual Macron se referiu a um sistema próprio de defesa da Europa, não pensaram na comemora-

ção dos 100 anos da guerra mundial.

Apenas os Estados Unidos, que também foram apontados, mais indiretamente, como um risco, sombrearam o Arco do Triunfo e a mise-en-scène na Champs-Élysée. Trump mostrou que a referência de paz mundial – supostamente ali desejada por todos – somente pode ser tratada nos termos ditados pelos Estados Unidos. De nada adiantava Emmanuel Macron e Angela Merkel reclamarem do nacionalismo em alta, e exaltarem a União Europeia como um fato de paz. De nada adiantou mostrarem as vantagens do “multilateralismo” e da cooperação entre as nações. Trump foi à comemoração dos 100 anos da primeira guerra mundial empunhando a bandeira “America first” (primeiro a América). A ideia de Merkel, de que é preciso defender o equilíbrio pacífico entre os interesses de cada país e afirmar o projeto europeu de paz diante dos novos questionamentos nacionalistas, ficou recolhida com o desprezo de Trump.

Os Estados Unidos declararam-se em guerra comercial contra todos aos países que forem considerados prejudiciais à economia norte-americana. O alvo principal é a China. As potências imperialistas da Europa se mostram apreensivas, mas muito pouco podem fazer. Os Estados Unidos saíram fortalecidos na Primeira Guerra e se tor-

naram, definitivamente, dominantes na Segunda Guerra Mundial. O seu poderio econômico e militar estabeleceu uma relação de subserviência da Europa ocidental. Até hoje, a OTAN continua como um braço norte-americano, que responde estrategicamente à paz armada, aos conflitos regionais e ao recrudescimento das tendências bélicas.

A Declaração do Fórum pela Paz é uma peça de ficção. Professora o multilateralismo que foi traçado pelos Estados Unidos, quando era de seu interesse. Pretende um desenvolvimento econômico e social que sirva a todos os países, como se não houvesse o domínio da minoria imperialista sobre a maioria oprimida; e o domínio dos Estados Unidos sobre todos.

O fato é que está em curso a guerra comercial de Trump. O ideário socialdemocrata já não serve às necessidades do imperialismo norte-americano. É o que expressou a substituição de Obama por Trump na presidência dos Estados Unidos. A guerra comercial recoloca, não o nacionalismo em geral, mas o nacionalismo imperialista, que como tal

A Situação e as Tarefas da Internacional Socialista

1 de novembro de 1914 – Lênin

O mais penoso da crise atual é que a maioria dos representantes oficiais do socialismo europeu sucumbiu diante do nacionalismo burguês e do chauvinismo. Não é por acaso que os jornais burgueses de todos os países, ora zombam deles, ora os elogiam, com condescendência. E, não há tarefa mais importante para quem quiser manter-se socialista, do que esclarecer as causas da crise socialista, e analisar as tarefas da Internacional.

Há pessoas que receiam reconhecer a verdade de que a crise, ou, mais exatamente, a falência, da II Internacional, é a falência do oportunismo.

Referem-se, por exemplo, à unanimidade entre os socialistas franceses, e ao fato de que os velhos agrupamentos do socialismo tenham supostamente mudado sua posição quanto à atitude diante da guerra. Mas, essas referências são falsas.

A defesa da colaboração de classes, o abandono da ideia da revolução socialista e dos métodos revolucionários de luta; a adaptação ao nacionalismo burguês, o esquecimento do caráter historicamente transitório das fronteiras da nacionalidade e da pátria, a transformação da legalidade burguesa em um fetiche, a recusa do ponto de vista de classe e da luta de classes com o receio de afastar as “amplas massas da população” (leia-se: a pequena burguesia) — tais são, sem dúvida, as bases ideológicas do oportunismo. Foi precisamente nesse terreno que cresceu a atual mentalidade chauvinista, patriótica, da maioria dos dirigentes da II Internacional. Observadores que representam os mais diversos pontos de vista assinalaram, há muito, que os oportunistas predominam de fato entre os dirigentes da II Internacional. A guerra apenas revelou, com particular rapidez e agudeza, as reais dimensões desse predomínio. Não é nada surpreendente que a extraordinária agudização da crise tenha provocado uma série de mudanças de posição nos velhos agrupamentos. Mas, de modo geral, essas mudanças somente afetaram indivíduos. As tendências no seio do socialismo mantiveram-se as mesmas de antes.

Entre os socialistas franceses, não há completa unanimidade. O próprio Vaillant, que segue a linha chauvinista juntamente com Guesde, Plekanov, Hervé, etc., foi obrigado a reconhecer que recebe uma série de cartas de socialistas franceses que protestam, indicando que a guerra é uma guerra imperialista, que a burguesia francesa não é menos culpada do que as demais. Não devemos esquecer que essas vozes são abafadas, não apenas pelo oportunismo triunfante, mas também pela censura militar. Entre os ingleses, o grupo de Hyndman (os socialdemocratas ingleses – “Partido Socialista Britânico”) descambou por completo ao chauvinismo, tal como a maioria dos dirigentes se-

tende ao fascismo. A Segunda Guerra Mundial contrariou o desejo do 1º Ministro da Grã Bretanha, David Lloyd George, de que com o fim da Primeira Guerra Mundial se devia chegar ao fim de todas as guerras. O desejo da Declaração do Fórum pela Paz de se ter um mundo mais pacífico é tão absurdo quanto o do chefe do imperialismo inglês.

O marxismo caracterizou a Primeira Guerra como imperialista, provocada pela necessidade da partilha do mundo entre as potências. Somente o proletariado organizado no partido revolucionário poderia transformar tamanha conflagração em guerra civil pela derrubada da burguesia. Enquanto o capitalismo sobreviver, a possibilidade da guerra mundial continua existente. O combate pela derrocada da burguesia e pelo triunfo do socialismo é a única garantia de se ter a paz e um mundo pacífico.

Abaixo, publicamos um artigo de Lênin sobre a 1ª guerra mundial, cuja atualidade se verifica com o desenvolvimento mundial da crise capitalista.

miliberais das *trade-unions*. MacDonald e Keir Hardie, do oportunista “Partido Trabalhista Independente”, resistem ao chauvinismo. Trata-se, verdadeiramente, de uma exceção à regra. Mas, alguns socialdemocratas revolucionários, que há muito lutam contra Hyndman, saíram agora das fileiras do “Partido Socialista Britânico”. Entre os alemães, o quadro é claro: os oportunistas venceram, estão alvoroçados, “não cabem em si”. O “centro”, encabeçado por Kautsky, descambou para o oportunismo, e defende-o com sofismas particularmente hipócritas, vulgares e etéreos. Dos meios socialdemocratas revolucionários, chegam os protestos de Mehring, Pannekoek, Karl Liebknecht e de uma série de vozes anônimas da Alemanha e da Suíça alemã. Na Itália, também o alinhamento é claro: os extremados oportunistas, Bissolati e Companhia, estão pela “pátria”, a favor de Guesde-Vaillant- Plekanov-Hervé. Os socialdemocratas revolucionários (o “partido socialista”), encabeçados pelo Avanti!, lutam contra o chauvinismo e desmascaram o caráter burguês e interesseiro dos chamados à guerra, e têm o apoio da imensa maioria dos operários avançados. Na Rússia, os ultra-oportunistas do campo dos liquidacionistas já ergueram a sua voz em defesa do chauvinismo, em conferências e na imprensa. P. Maslov e E. Smirnov defendem o czarismo, a pretexto de defender a pátria (a Alemanha, veja, ameaça impor “com a força da espada”, acordos comerciais, enquanto o czarismo, certamente, nem com a força da espada, nem com o chicote, nem com as forcas, asfixiou e asfixia a vida econômica, política e nacional da nona parte da população da Rússia!). Eles procuram justificar a entrada dos socialistas nos ministérios burgueses reacionários e a votação, hoje, a favor dos créditos de guerra, e, amanhã, a favor de novos armamentos! Plekhanov, que encobre seu chauvinismo russo com uma posição de francófilo, caiu no nacionalismo, tal qual Alexinski. A julgar pelo *Gólos* de Paris, Martov é, de toda essa turma, o que mantém uma atitude mais decente, que se opõe ao chauvinismo, tanto alemão quanto francês, que se levanta contra o Vorwärts, contra o Sr. Hyndman e contra Maslov, ainda quando teme ter uma atitude decidida contra o oportunismo internacional como um todo, e contra seu defensor “mais influente”, o “centro” da socialdemocracia alemã. As tentativas de apresentar o serviço voluntário no exército como a realização de tarefas socialistas (ver a declaração do grupo dos voluntários russos em Paris, dos socialdemocratas e dos socialrevolucionários, bem como dos socialdemocratas polacos, de Leder e outros), só foram defendidas por Plekhanov. A maioria da seção parisiense do nosso partido condenou essas tentativas. Os leitores poderão ver qual é a posição do Comitê Central do nosso partido no editorial deste número. Para evitar equívocos, os seguintes fatos relatam a história do ponto de vis-

ta de nosso partido, e sua formulação deve constar aqui: vencendo as enormes dificuldades do restabelecimento das ligações organizativas cortadas pela guerra, um grupo de nosso partido elaborou inicialmente as “teses”, e, em 6 a 8 de setembro (pelo novo calendário), divulgou-as entre os camaradas. Posteriormente, entregou-as, através dos socialdemocratas suíços, a dois membros da conferência ítalo-suíça de Lugano (27 de setembro). Só em meados de outubro, conseguiu-se restabelecer a ligação e formular o ponto de vista do Comitê Central do partido. O editorial deste número é a redação definitiva das “teses”.

Tal é, em resumo, a situação na socialdemocracia europeia e russa. A falência da Internacional é evidente. A polêmica na imprensa entre os socialistas franceses e alemães o demonstrou definitivamente. Reconheceram-no, não só os socialdemocratas de esquerda (Mehring e o *Bremer Bürger-Zeitung*), mas também os órgãos moderados da imprensa Suíça (*Volksrecht*). A tentativa de Kautsky para dissimular essa falência é um subterfúgio covarde. Essa falência é precisamente a falência do oportunismo, prisioneiro da burguesia.

A posição da burguesia é clara. E não é menos claro que os oportunistas se limitam a repetir cegamente os seus argumentos. Ao que se diz no editorial, resta talvez acrescentar a simples referência aos artigos zombadores de *Neue Zeit*, que sugerem que o internacionalismo consistiria em que os operários de um país disparassem contra os operários de outros, em nome da defesa da pátria!

A questão da pátria — respondemos aos oportunistas — não pode ser colocada ignorando o caráter histórico concreto da guerra atual. É uma guerra imperialista, isto é, uma guerra da época do capitalismo mais desenvolvido, a época final do capitalismo. A classe operária deve, primeiro, “constituir-se em nação”, diz o Manifesto



Comunista, indicando os limites e condições de nosso reconhecimento da nacionalidade e da pátria, como formas necessárias do regime burguês e, conseqüentemente, também, da pátria burguesa. Os oportunistas deturpam essa verdade, estendendo à época final do capitalismo aquilo que é verdade para a época do seu surgimento. E, acerca desta época, acerca das tarefas do proletariado na luta pela destruição não do feudalismo, mas do capitalismo, o Manifesto Comunista diz clara e definitivamente: “os operários não têm pátria”. Compreende-se por que os oportunistas temem reconhecer essa verdade do socialismo; temem, inclusive, na maioria dos casos, tê-la abertamente em conta. O movimento socialista não pode vencer no velho quadro da pátria; cria novas e superiores formas de sociedade humana, em que as necessidades legítimas e as aspirações progressistas das massas trabalhadoras, de qualquer nacionalidade, serão, pela primeira vez, satisfeitas em unidade internacional com a abolição das atuais fronteiras nacionais. Às tentativas da burguesia contemporânea de dividir e desunir os operários, através das referências hipócritas à “defesa da pátria”, os operários conscientes responderão com novas e repetidas tentativas para criar a unidade dos operários das diferentes nações na luta pela derrocada da dominação da burguesia de todas as nações.

A burguesia engana as massas, dissimulando o saque imperialista com a velha ideologia da “guerra nacional”. O proletariado desmascara esse embuste, com a bandeira de transformar da guerra imperialista em guerra civil. É precisamente essa bandeira que é indicada pelas resoluções de Stuttgart e de Basileia, que previam, não a guerra em geral, mas exatamente a guerra atual, e que falavam, não da “defesa da pátria”, mas da “aceleração da queda do capitalismo”, da utilização para esse fim da crise provocada pela guerra, do exemplo

da Comuna de Paris. A Comuna foi a transformação de uma guerra entre nações em uma guerra civil.

Essa transformação não é naturalmente fácil, e não pode realizar-se “segundo a vontade” de determinados partidos. Essa transformação, no entanto, é inerente às condições objetivas do capitalismo em geral, e da época do fim do capitalismo, em particular. E é nessa direção, só nessa direção, que os socialistas devem atuar. Não votar os créditos de guerra, não tolerar o chauvinismo em seu “próprio” país (nem nos países aliados), combater em primeiro lugar o chauvinismo da “própria” burguesia, não se limitar às formas legais da luta quando estourou a crise e a própria burguesia anulou a legalidade que ela criou — tal é a linha de ação que conduz à guerra civil, e que desembocará na guerra civil, em um momento ou em outro da conflagração que abarca toda a Europa.

A guerra não é uma casualidade, não é um “pecado”, como pensam os padres (que não são piores que os oportunistas na pregação do patriotismo, do humanismo e da paz), mas uma etapa inevitável do capitalismo, uma forma tão legítima do modo de vida capitalista, como o é a paz. A guerra dos nossos dias é uma guerra de nações. Dessa verdade, depreende-se que não há que seguir a corrente “popular” do chauvinismo, mas que as contradições de classe que dividem as nações continuam existindo em tempos de guerra, e se manifestam nas condições da guerra. A recusa do serviço militar, a greve contra

a guerra, etc., é simples idiotice, um pobre e covarde sonho de luta sem armas contra a burguesia armada, um lamento sobre a supressão do capitalismo sem uma guerra civil, ou uma série de guerras civis encarniçadas. É dever do socialista a propaganda da luta de classes também no exército; o trabalho visando

a transformar uma guerra de nações em guerra civil é o único trabalho socialista, em uma época de confrontação armada imperialista da burguesia de todas as nações. Abaixo os lamentos clericalmente sentimentais e tolos sobre a “paz a todo o custo”! Ergamos a bandeira da guerra civil! O imperialismo colocou em risco o destino da civilização europeia: à presente guerra, se não houver uma série de revoluções vitoriosas, outras guerras se seguirão em breve — a fábula da “última guerra” é uma fábula oca e perigosa, uma “mitologia” pequeno-burguesa (segundo a justa expressão do *Gólos*). A bandeira proletária da guerra civil, se não for hoje, será amanhã, se não for durante a presente guerra, será depois dela, se não for nesta, será numa próxima guerra, reunirá à sua volta não apenas milhares de operários conscientes, mas também milhões de semiproletários e pequenos burgueses, hoje enganados pelo chauvinismo, que os horrores da guerra, não só assustarão e embrutecerão, como também esclarecerão, ensinarão, despertarão, organizarão, temperarão e prepararão para a guerra contra a burguesia, tanto do “próprio” país, como dos países “estrangeiros”.

A II Internacional morreu, vencida pelo oportunismo. Abaixo o oportunismo e viva a III Internacional, depurada, não só dos “trâns-fugas” (como deseja o *Gólos*), mas também do oportunismo.

A II Internacional cumpriu a sua parte do útil trabalho preparatório de organização preliminar das massas proletárias, durante a longa época “pacífica” da mais cruel escravidão capitalista, e do mais rápido progresso capitalista do último terço do século XIX e do princípio do século XX. À III Internacional caberá a tarefa de organizar as forças do proletariado para a ofensiva revolucionária contra os governos capitalistas, para a guerra civil contra a burguesia de todos os países pela conquista do poder político, pela vitória do socialismo!



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

No Jornal Massas anterior, expusemos a luta de Lênin contra o liquidacionismo. Assim foi denominada a fração menchevique que se opunha à análise de que, com a vitória da contrarrevolução – confirmada pelo golpe de Estado de 3 de junho de 1907 –, o partido deveria combinar o trabalho ilegal (clandestino) com o legal (parlamentar, sindical, etc.). Em seu lugar, os liquidacionistas propunham transformar o partido socialdemocrata em puramente parlamentar, legalista. Acusavam Lênin de pretender um partido sectário. Em contraposição, Lênin, no artigo “A Caminho”, demonstrou que a legalização a todo custo implicava “renunciar abertamente ao programa, à tática e à organização do partido”. É bom retomar a definição de Lênin de liquidacionista do ponto de vista ideológico e organizativo. No artigo “A liquidação do liquidacionismo”, afirma: “O liquidacionismo, no estrito sentido da palavra, o liquidacionismo dos mencheviques, consiste ideologicamente em negar a luta de classes revolucionária do proletariado socialista em geral, e a hegemonia do proletariado em nossa revolução democrático-burguesa, em particular.” (...) “Do ponto de vista da organização, o liquidacionismo nega a necessidade de um partido socialdemocrata ilegal e, portanto, renega o POSDR, abandona suas fileiras, luta contra ele nas páginas da imprensa legal, nas organizações operárias legais, nos sindicatos e cooperativas, nos congressos em que participam delegados operários, etc.”.

Concluimos, assim, a luta de Lênin contra o oportunismo parlamentar legalista, que constituía a fração menchevique de direita. Os obstáculos à transformação do partido socialdemocrata em um partido marxista pleno não se limitavam a essa fração. Surgiu também uma fração ultra-esquerdista, que será denominada otzovistas ou ultimatas. Seus partidários defendiam a não participação nas eleições da Duma. Lembremos que, na I Duma, os bolcheviques se posicionaram pelo boicote, seguindo a análise de que permaneciam as tendências de luta das massas, em choque com a caricatura parlamentar da Duma como órgão consultivo da monarquia. A fração ultimata negava a ver a mudança de situação, e as distintas possibilidades da intervenção legal do partido. Lênin chegou a ficar em minoria e praticamente isolado no seio dos bolcheviques, defendendo a tática de intervenção na III Duma, 1907. Teve, inclusive, de votar com os mencheviques na Conferência de julho de 1907. Permanece a divergência, e os ultimatas vão às últimas consequências no seu ultra-esquerdismo, exigindo a saída dos deputados socialdemocratas da Duma. Isso quando haviam conseguido eleger 19 representantes. O combate aos otzovistas e liquidacionistas mostra a importância que Lênin dava ao trabalho legal, sem se desfazer do trabalho ilegal. A relação entre um e outro depende das condições da luta de classes.

Era evidente a filiação dos ultra-esquerdistas com o anarquismo. Lênin estabelece o vínculo e responde à pergunta onde estaria o erro de raciocínio do anarquismo. “No fato de que, devido às suas ideias radicalmente incorretas sobre o curso do desenvolvimento social, não conseguem levar em conta as particularidades de uma situação política (e econômica) concreta nos diversos países, que condicionam o significado específico de um ou de outro

método de luta para determinado período de tempo”. Referindo-se à situação concreta da Rússia, Lênin explica: “A particularidade do momento é, precisamente, a tentativa (uma tentativa fracassada) da velha autocracia de resolver novos problemas históricos com a ajuda da Duma outubrista-centurionegrista. Por isso, a tarefa tática específica dos socialdemocratas é aproveitar essa Duma para seus próprios objetivos, para divulgar as ideias da revolução e do socialismo. O essencial não é que essa tarefa específica seja particularmente elevada, que abra vastas perspectivas, que equivalha ou que, pelo menos, se aproxime em importância, das tarefas que se colocaram ao proletariado, por exemplo, no período de 1905-1906. Não. O essencial é que constitui um aspecto especial da tática do momento presente, o que a diferencia do período passado e do que está por vir (...). Não podemos responder à situação atual, não podemos solucionar o conjunto de problemas com os quais se defrontam o partido socialdemocrata sem ter solucionado o problema específico do momento, sem ter transformado a Duma centurionegrista-outubrista em um instrumento para a propaganda socialdemocrata”.

Lênin fundamenta, com base na experiência da revolução de 1905, a possibilidade e a necessidade de defender “os ideais, os objetivos e os métodos da revolução de dentro da Duma”. A discussão com os otzovistas em torno à “forma superior do movimento” e “forma inferior do movimento” contém importantes formulações. Eis: “Que não se apague da memória (...): quando realmente existem condições de aguda e crescente reação, quando a força mecânica dessa reação destrói verdadeiramente o vínculo com as massas, dificulta um trabalho suficientemente amplo e debilita o partido, precisamente então, é quando se transforma em tarefa específica do partido conquistar o instrumento parlamentar de luta. E isso não se deve a que a luta parlamentar seja superior a outras formas de luta; não, deve-se precisamente a que é inferior a elas; inferior, por exemplo, a uma luta como a que incorpora ao movimento de massas inclusive as forças armadas, que engendra greves de massas, insurreições, etc.”.

Referindo-se a Marx e Engels, Lênin indica que a experiência já havia confirmado a interrelação entre a forma inferior e superior de luta, dependendo das condições objetivas. O problema do partido está em conhecer profundamente as particularidades do momento e de seu desenvolvimento. Não se escolhem arbitrariamente as formas de luta. A posição de boicote e de retirada dos deputados bolcheviques da III Duma conduzia a uma “deformação absurda e uma vulgarização dos pontos de vista da socialdemocracia revolucionária”. Lênin conclui que “assim como os anarquistas manifestam um cretinismo parlamentar ao reverso, quando separam o problema do parlamento de todo o problema da sociedade burguesa em geral, e procuram criar uma tendência com gritos contra o parlamentarismo burguês (...), os “otzovistas, ultimatas e boicotadores exibem exatamente na mesma forma um menchevismo ao reverso, quando formam uma tendência à parte em torno da atitude perante a Duma, do problema dos métodos de luta contra os desvios de parte do grupo socialdemocrata na Duma”. Fica demonstrado que o ultimatismo é a outra face do oportunismo menchevique.

(As citações foram extraídas das Obras Completas de Lênin, tomo XVI, Akal Editor)